
A Marcha do Capitalismo e a Essência Econômica da Questão Agrária no Brasil

Ruy Moreira*

A fonte principal de toda a estupidez de nossos municipalistas reside precisamente em que não compreendem a base econômica da transformação agrária burguesa da Rússia nas duas variedades possíveis dessa transformação: a latifundiária-burguesa e a camponesa-burguesa. Sem "limpar" o regime e as relações agrárias medievais, em parte feudais e em parte asiáticas, não pode sobreviver à transformação burguesa da agricultura, pois o capital deve - no sentido da necessidade econômica — criar para si um novo regime agrário adaptado às novas condições da agricultura mercantil livre. Essa "limpeza" dos restos medievais no terreno das relações agrárias em geral e do velho regime de posse da terra, em primeiro lugar, deve afetar principalmente as terras dos latifundiários e as terras comunitárias dos camponeses, pois que tanto uma como a outra dessas formas de propriedade da terra estão, no presente, adaptadas ao pagamento em trabalho, à herança da corvéia, e não à economia livre que se desenvolve à maneira capitalista.

Lênin
"O Programa Agrário"

Se de um lado podemos afirmar que o Plano de Reforma Agrária entrou em colapso, é necessário reconhecer que a principal forma de luta que o Movimento dos Sem-Terra incorporou às lutas dos trabalhadores nos últimos anos, as ocupações massivas, os acampamentos como forma de pressão sobre o Estado, encontram-se numa situação de impasse. Algumas cercas foram derrubadas. Mas não caiu com elas o Estado brasileiro.

Hamilton Pereira (Pedro Tierra)
"Levantados do Chão"

*Ruy Moreira é geógrafo, professor do Departamento de Geografia da UFF e PUC do Rio de Janeiro.

O mercado e o Estado capitalistas, eis dois dos parâmetros fundamentais sem cuja observância a análise da questão agrária fica solta no ar. Tal como no dito popular, se passamos pelo segundo, o que só vem com o confronto, ao instituir-se com a reforma agrária a propriedade privada da terra, qualquer forma da propriedade privada, não fugimos às artimanhas do segundo. Tem sido esta a fonte das agruras das revoluções quando passam ao momento da construção da nova sociedade socialista. É sobretudo este o dilema, para o campesinato e o proletariado urbano, quando se trata de qualquer das variedades de transformação agrária com a qual a história "limpe" o caminho para que se instale "a maneira capitalista" de desenvolvimento agrário.

Esta reflexão me veio à mente quando o assassinato de Chico Mendes tornou público o forte conteúdo socialista da proposta de *reserva florestal*. E mais ainda, quando este conteúdo ficou envolto na obscuridade ao chegar o movimento dos seringueiros de Xapuri-Brasiléia à consciência do proletariado urbano como uma pressão sobre o Estado de "sindicalistas-ecologistas" pela preservação do "maior pulmão verde do mundo". Se a mistificação do movimento ecologista, este "retorno a Ratzel" com sabor de farsa neo-populista, é previsível, a omissão das forças de esquerda, no esclarecimento do calor e direção que vêm seguindo as lulas camponesas aos trabalhadores da cidade, é estarrecedora.

A ESSÊNCIA ECONÔMICA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Xapuri localiza-se no limite ocidental da linha da "fronteira agrícola", no Estado do Acre, onde à colonização privada, tipicamente especulativa com terras, se soma a chegada da representação espacial mais típica da incorporação de terras ao circuito mercantil capitalista: a estrada (BR-364). No momento do assassinato de Chico Mendes, polemiza-se sobre o asfaltamento do trecho que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul e sua interligação à rede rodoviária peruana de modo a que os centros de produção madeireira da região amazônica e de produção de grãos do planalto central tenham acesso aos mercados asiáticos orientais, via Oceano Pacífico. No fundo da polêmica está o confronto americano-japonês, ressonado pelo BIRD (Banco Mundial), avalista da dívida externa brasileira em substituição ao FMI e dos principais organismos internacionais de financiamento da "pesquisa e preservação ecológica" no

país, como "ameaça ao equilíbrio ambiental da Amazônia", com amplificação pelo movimento ecológico nacional e internacional.

Envolvendo o conflito de terras entre seringueiros de Xapuri-Brasileia e o latifúndio moderno, que desde a década passada chega à Amazônia substituindo a floresta por pasto e expropriando pela violência armada a terra a seus ocupantes tradicionais (posseiros, seringueiros e índios, estes dois últimos os "povos da floresta"), o assassinato de Chico Mendes rapidamente internacionaliza a polêmica, ficando ocultadas sob a ressonância da mistificação ecológica a disputa inter-imperialista e o alastramento da guerra camponesa em toda extensão da linha da "fronteira" agrícola amazônica.

Ocorre que aqui o modelo redistributivo de terras, preconizado como caminho de reforma agrária por todas as forças de esquerda, cedo mostrou-se inadequado para os próprios seringueiros. Logo evidenciou-se que a divisão pura e simples da terra, implicando com a sua repartição também a das árvores da borracha, levaria, dado a sua grande dispersão territorial, cada nova pequena propriedade a tornar-se improdutivo (estamos numa economia puramente extrativa: quantas árvores ficariam em cada propriedade com a repartição?). Daí a saída óbvia: o *uso coletivo* da terra. O Estado expropriaria a terra e a repassaria ao usufruto dos seringueiros pelo prazo de 30 (trinta) anos, na mais clássica solução leninista de reforma agrária (afinal, Chico Mendes teve sua educação política com um velho leninista refugiado nas malas da Amazônia), que a vê passando primeiro pela mais radical forma de revolução agrária burguesa, a que extingue o pagamento da renda absoluta extinguindo a propriedade privada da terra (vide "O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907"). Mas qual Estado? É aqui que a carência das alianças urbanas do movimento camponês dos seringueiros com o movimento do proletariado urbano leva-o a buscá-la onde pôde encontrar (e sabido que sua proposta pouca atenção desperta no 3º CONCURTO, realizado pouco antes da tragédia).

Ora, tanto esta quanto outras áreas econômicas do espaço agrário brasileiro dão indícios do amadurecimento da solução socialista para a questão da terra, fruto da própria marcha do desenvolvimento capitalista.

Tal peculiaridade nacional deve-se às características, três basicamente, que resumem esta marcha da formação do capitalismo no Brasil:

- 1 - A variedade latifundiário-burguesa da transformação agrária, em que um processo de modernização progressiva leve o latifúndio atrasado a converter-se em moderna empresa rural capitalista (o "novo latifúndio");

- 2 - A estrutura binomial latifúndio-minifúndio, com base na qual o latifúndio transfira para o minifúndio as tarefas produtivas vitais ao desenvolvimento geral do capitalismo, porém de menor lucratividade, como a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, liberando-se para ocupar-se da produção agrícola de mais altas taxas de lucratividade e capaz de ensejar-lhe o ritmo desejado de capitalização.
- 3 - A ampliação crescente e generalizada da mobilidade territorial do trabalho, de modo que se possa combinar ampla proletarianização e permanência do campesinato vital ao complexo binomial.

Analisando o caso russo com base no estudo do quadro europeu e norte-americano a ele contemporâneo, Lênin já observara em 1908 os dois caminhos que fundamentalmente pode seguir o desenvolvimento capitalista no campo, o latifundiário-burguês e o camponês-burguês, ambos destinados a "limpar" as estruturas econômico-sociais ao livre florescimento do mercado, a "maneira capitalista" de desenvolvimento. O primeiro passa pela modernização dos processos produtivos, mediante a qual a grande propriedade atrasada acabe por transformar-se numa moderna empresa rural capitalista, consistindo num caminho de lenta evolução do capitalismo e conseqüentemente doloroso para o campesinato. O segundo, é o caminho em que a revolução camponesa empreende o confisco radical da terra e a redistribui de modo radical entre as famílias camponesas, abrindo a economia de mercado generalizadamente à totalidade da população.

Estes dois caminhos podem coexistir num mesmo país, a exemplo do que vinha ocorrendo na própria Rússia desde a Reforma de 1861 que abole a servidão da gleba, o primeiro nas áreas centrais da Ucrânia e Rússia Européia e o segundo nas periféricas do leste, que então fazia o papel de um grande "fundo de colonização".

Pode o leitor notar que é o primeiro, o latifundiário-burguês, por nós analisado em texto publicado no número 1 desta Terra Livre ("O Plano Nacional da Reforma Agrária em Questão", Terra Livre nº 1, julho de 1986, páginas 6 a 18), o caminho que está em curso no Brasil desde 1850, ano da abolição do tráfico negreiro e da instituição da Lei de Terras. Igualmente, a semelhança da sua ordenação espacial no Brasil e na Rússia do período em área de latifúndio consolidado (centro) e área de "fundo de colonização" (periferia).

O que está ocorrendo em Xapuri-Brasília, e em cada canto do país sob formas próprias, é a reação dos seringueiros à "limpeza" latifundiário-burguesa da estrutura agrária para o capitalismo (fosse o caminho

camponês-burguês e a "limpeza" seria de latifundiários), estratégia que, desde 1850, consiste em criar para depois dissolver as relações de trabalho e produção próprias da acumulação primitiva do capital. Não é, pois, um fato isolado e sem conexão com o curso geral da marcha capitalista, que hoje "chega" à "periferia". Vejamos, primeiramente, este curso geral, para, a seguir, analisarmos os rumos da questão agrária nesta virada de século no Brasil.

A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL

A passagem do escravismo ao modo capitalista de produção é marcado pelo nascimento de uma dinâmica reprodutiva do capital em que uma divisão interna de trabalho, de que a indústria fabril é componente, origina internamente a economia mercantil, com a qual logra-se criar e avançar sempre para adiante o processo interno da acumulação primitiva. É esta estrutura nova de sociedade que vê nascer o moderno campesinato brasileiro e com ele o que vamos designar por estratégia da modernização como caminho da reforma agrária das elites. Esta, é um mecanismo de fusão entre agricultura e indústria, cujo limite agora estamos atingindo, em que o latifúndio atrasado se converte em empresa capitalista moderna. O campesinato nascente é peça essencial desse mecanismo, através do papel que lhe cabe dentro do binômio latifúndio-minifúndio.

Nasce este campesinato sob laces regionais diferenciadas, já que a acumulação primitiva do capital surge e progride no interior do arcabouço espacial herdado do colonial-escravismo, aparecendo como pequeno proprietário familiar no Sul, colono nos cafezais do Sudeste, morador nos canaviais e algodoais no Nordeste e seringueiro nas malhas da Amazônia.

Dentro deste arcabouço molecularizado tal campesinato toca a pequena produção vinculada às culturas alimentícias, ocupando dentro dos latifúndios as terras menosprezadas pela "lavoura nobre", nascendo assim o *minifúndio dominial*, e externamente a eles aquelas terras situadas na linha de frente da expansão dessa grande lavoura de mercado, nascendo assim o *minifúndio autônomo*.

É esta estrutura espacial que instrumentará as estratégias do caminho latifundiário-burguês, até o grande salto de qualidade que a transformação agrária dá a partir dos anos cinquenta-sessenta.

Já antes da Abolição formal da escravatura ela ocorrera na prática. Os anos setenta do século XIX condensam tal ruptura real, que já aparece nas formas referidas do moderno campesinato no espaço canavieira,

extrativo-vegetal, pastoril, policultor e, por fim, cafeeiro quando este atinge o planalto paulista.

Em todas estas áreas um mesmo problema se apresenta e é a mesma a saída. Francisco de Oliveira assim resume a questão, numa linha de reflexão com a qual concordamos por inteiro': "A Abolição é o fim do Império, um truísmo de há muito proclamado pelos historiadores e que, segundo consta, não havia escapado à percepção dos políticos da época. Não é "um raio num dia de céu azul", na frase famosa de Marx; é o resultado de uma contradição entre estrutura de produção e as condições de realização do produto. A expansão das culturas de exportação, sobretudo e indiscutivelmente do café, leva consigo uma expansão mais que proporcional do capital constante, constituído seja pelo próprio estoque de capital empatado nos escravos, seja pelos meios de subsistência dos mesmos escravos. Principalmente a expansão dos últimos significa um incremento das importações que punha constantemente em risco a estabilidade da forma de valor do produto: a moeda estrangeira e notadamente a taxa de câmbio. Além disso, a base de infra-estrutura necessária para a expansão das culturas de exportação - as ferrovias e os portos - requeria também doses incrementadas de moeda externa, com o que as crises cambiais chegam quase a um estado crônico. A Abolição resolve um dos lados da contradição, transformando o trabalho em força de trabalho". Em outros termos, o custo de reposição e o de reprodução do escravo resolvem-se no nascimento do campesinato moderno.

Já antes a necessidade de elevar-se o nível da produtividade fez ao trabalho escravo combinar-se aqui e ali a introdução de máquinas, tanto nas atividades agrárias (como nos cafezais e nos algodoais) quanto no plano geral (implantação de ferrovias e navegação a vapor). Com isso, agrava-se a contradição apontada por Francisco de Oliveira, que o autor situa no âmbito do "circuito produção-financiamento-comercialização-acumulação-produção". E, no limite, aquela em que se defrontam as relações escravistas de produção e a necessária elevação do nível das forças produtivas, resolvendo-se no surgimento da economia mercantil.

O aguçamento dessa contradição de fundo, modo como efetivamente se exprime a contradição senhor-escravo, vai-se resolvendo em cada canto nos diferentes estilos espontâneos da metamorfose do trabalho escravo. Entretanto, este núcleo essencial do problema, a permanência do escravismo na produção plantacionista, 'fundamentalmente a cafeeira,

Esta e as citações seguintes de Francisco de Oliveira são de "A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha no Brasil (1889-1930)", capítulo 1 de "A Economia da Dependência Imperfeita", Graal, Rio de Janeiro, 1984.

restará sem solução até sua abolição real. É com ela que se abre para a saída da crise, a qual vem na forma do nascimento da divisão do trabalho com que internamente se engendra o que Francisco de Oliveira designa por "emergência do modo de produção de mercadorias", no fundo a introdução interna à economia nacional da acumulação primitiva do capital, cujo processo é por ele assim descrito: "Olhando-se mais de perto, a ruptura das relações escravocratas e a instauração do trabalho assalariado não podiam, jamais, elevar a renda derivada do trabalho; o nível global da renda permanecia constante, mudando a sua *forma*. Mas, isto sim, a passagem para o trabalho assalariado *expulsou* para fora dos custos da produção do café a manutenção da classe trabalhadora (ainda que a produção dos bens de subsistência possa ter permanecido dentro das fronteiras do latifúndio); no proceder-se a essa mudança de forma de produção dos meios de subsistência, procedia-se, concomitantemente, a uma mudança de conteúdo fundamental, para a existência de um modo de produção de mercadorias, pois antes, ainda que existisse, a produção de subsistência pelos próprios escravos não fundava nenhuma troca. Mesmo no caso quase geral da agricultura brasileira, de persistência de uma fraca monetarização das relações de troca - um fenômeno largamente existente ainda hoje -, a própria reiteração das relações de troca acaba por escolher uma mercadoria padrão, que se metamorfoseia no dinheiro; virão a ser o sal, o querosene, o pouco vestuário e calçado, enfim, elementares artigos da cesta de consumo dos novos produtores da agricultura de subsistência, que quase tomam o lugar do dinheiro nas novas relações de troca - o arquiconhecido esquema dos "barracões" da zona açucareira do Nordeste e das zonas correlatas do Sul. O importante é que *também* esses elementares produtos nem são produzidos pelas unidades de agroexportação nem pelas unidades da chamada agricultura de "subsistência", o que forceja a diferenciação da divisão social do trabalho em *outros segmentos* econômicos". Isto é, a solução da crise requer que se instaure o processo da acumulação primitiva do capital que, enquanto tal, no limite, instaura o nascimento da indústria, ainda que esta surja com a função precípua de compor mais um elemento do elenco das condições da reprodução do capital agroexportador. E, nesse passo, se lance o embrião da nova qualidade de relação cidade-campo, em que o comando do campo vá sendo transferido para a cidade quanto mais o prato da balança penda para o lado do desenvolvimento industrial, isto é, a forma mais avançada do capitalismo.

Transfere-se, pois, para o trabalhador a tarefa do seu próprio custeio. E isto requer uma nova estrutura social e produtiva, em que dois componentes têm importância fundamental: 1) a invenção do binômio

latifúndio-minifúndio principalmente através do nascimento do campesinato; e 2) a invenção da indústria de bens de consumo popular como novidade da divisão interna do trabalho. A primeira medida é necessária a que o próprio novo trabalhador das fazendas produza seu sustento sem sair dos interstícios do tempo dedicado ao produto nobre; e a segunda a que da cesta dessa sua reprodução conste bens não-agrícolas a custo baixo para a acumulação geral do capital. E é o aprofundamento, no sentido da subversão destas duas componentes, no bojo da qual o campesinato se metamorfoseie no moderno proletário e a indústria vá injetando modernização à grande propriedade (industrialização do latifúndio) e assim tornando-se a base do novo padrão de acumulação, exatamente isto, o movimento da acumulação primitiva até o fim.

Tais termos da estratégia da modernização latifundista na sua fase inicial da acumulação primitiva, em nível mais detalhado, Francisco de Oliveira assim resume: "A Primeira República herda, pois, uma economia cujas condições de acumulação e crescimento haviam sido grandemente potencializadas. Em primeiro lugar, avançam os processos de acumulação primitiva, que a nova classe revertia agora *pro domo suo*, e que significavam, não apenas a ampliação da posse e propriedade da terra, mas o controle das nascentes trocas entre unidades de produção distintas, desfeita a autarquia anterior, por intermédio de todas as instituições que depois vão caracterizar a estrutura política e social da República Velha, como o coronelismo, o complexo latifúndio-minifúndio, os agregados. Em segundo lugar, a instauração do trabalho livre no coração das próprias unidades produtivas do complexo agroexportador significa uma inversão de situação da economia escravocrata, predominando agora o capital variável e fazendo crescer a rentabilidade das explorações. Quantitativamente, pois, o volume do excedente sob controle dos "barões do café" (assim como dos barões do açúcar e dos outros barões) era, agora, maior que em épocas anteriores".

Em resumo, a abolição do escravismo abre para o desenvolvimento do capitalismo, primeiro instaurando e a seguir "limpando" as formas sociais próprias da acumulação primitiva. Vejamos o processo e seus dois momentos, o segundo hoje em conclusão.

Espaço Molecular: A Acumulação Primitiva

Herdando o arcabouço espacial do colonial-escravismo³, é no âmbito de uma molecularizado que tal processo avançará, introduzindo-se uma dinâmica espacial em que da heterogeneidade chegar-se-á à homogeneidade de conteúdo na relação capitalista madura.

Tal molecularidade não se mantém embaixo da reinvenção que "transforma o trabalho em força de trabalho" essencialmente por razão de inércia espacial, mas porque o arcabouço molecular representa o poder das oligarquias rurais regionais, sendo portanto reiterada para servir à estratégia do desenvolvimento latifundiário-burguês da agricultura.

Imbricada nessa amálgama de reiteração-modernização da "burguesia junker" brasileira, a molecularidade espacial abre, mas de modo obviamente regulado pelas elites agrárias, as portas para o fluxo da acumulação primitiva que dos anos 70-80 do século XIX aos anos 60-70 do século XX, em um século pois, converte a crise agrária em metamorfose capitalista.

Em cada canto desse arcabouço espacial os arranjos vão sendo costurados num todo regional que se destina a organizar o processo local de acumulação primitiva, articulando o Estado as imbricações do processo global do desenvolvimento capitalista. Esta interligação escalar de conjunto, o Estado promove fazendo as acumulações localizadas convergirem para servir ao aprofundamento geral do eixo agricultura-indústria, mediante o qual o eixo geral seja o da industrialização da sociedade brasileira. Cresce, portanto, por dentro da heterogeneidade molecular, a linha de homogeneização do espaço nacional no conteúdo capitalista, movendo neste deslocamento as contradições oriundas do desigual ritmo da modernização latifundista que o eufemismo ideológico rotulará nos anos cinquenta de questão regional (chega-se a criar uma "teoria de espaço arquipélago" com base em "ciclos econômicos").

É no espaço cafeeiro, a partir do *sistema do colonato*, que se gesta e desenvolve a forma mais avançada dessa tessitura escalar horizontal-vertical da modernização. Todavia, as novas relações de trabalho que vêm na esteira do nascimento do campesinato já estão se instalando desde a entrada da segunda metade do século XIX, antecipando-se ao espaço cafeeiro, portanto, na Amazônia com o *sistema do aviamento* e no Nordeste com o *sistema do morador de sujeição*.

³ A forma colonial-escravista de organização do espaço é o tema do capítulo 2 do livro "Elites Agrárias e Relação Cidade-Campo no Brasil", de minha autoria no prelo na EDUFF, do qual esta seção é na verdade uma parte.

Simbiose e freagem no Nordeste

Nas áreas do Nordeste a acumulação primitiva desenvolve-se nos termos de uma articulação tanto estranha quanto contraditória entre usineiros e "coronéis". Por dentro das diferenças do arranjo espacial que separa a mata canavieira e o sertão pecuário, evoluem as formas camponesas vindas da metamorfose do trabalho escravo com a universalidade de moradores, foreiros, parceiros e pequenos rendeiros, que faz uma pontuação comum à área canavieira da fachada costeira e pecuário-algodoeira do agreste-sertão.

No espaço plantacionista canavieira o processo da acumulação primitiva identifica-se com a metamorfose do velho engenho na moderna usina, que coroa as tentativas governamentais de modernização da agro-indústria via instalação dos engenhos centrais. Estes exprimem uma política do governo imperial de modernização da economia agro-açucareira baseada na separação orgânica entre lavoura e indústria: os antigos senhores de engenho se voltariam exclusivamente para a lavoura, enquanto a fabricação do açúcar seria entregue a capitais estrangeiros. Em lese, visa-se com isto uma especialização capaz de traduzir-se em modernização da aparelhagem produtiva e conseqüente elevação da produtividade. Num momento em que em todo o espaço nacional a divisão interna do trabalho aprofunda-se pela via da maior integração orgânica do eixo agricultura-indústria, a experiência dos engenhos centrais só teria que falir. Ao contrário, a modernização econômica vem na forma de uma ainda maior fusão dos capitais na agro-indústria, a da usina. Moderna fábrica instalada com capitais oriundos da metamorfose dos donos de engenho ou vindos da cidade, com a usina vem a ferrovia, e com a ferrovia maior latifundização, que põe nas mãos dos usineiros uma concentração ainda maior da propriedade da terra e dos canaviais.

Em condições técnicas superiores às do engenho na moagem de cana, a usina ganha terreno rapidamente. Através da ramificação ferroviária, vai açambarcando a matéria-prima num raio de distância crescente, sufocando os engenhos, que, sem condição de concorrência, tendem a fechar (a tornar-se "engenho de fogo morto") ou a converter-se à produção basicamente de rapadura. Apropriando-se das terras e monopolizando a moagem, a usina implanta verdadeiros impérios. Promovendo completa reestruturação regional, reverte a tendência à fragmentação da propriedade que acompanha a crise da agro-indústria, transforma a maioria dos antigos senhores de engenho em meros fornecedores de cana, expande a área de cultivo da cana mesmo sobre parcelas de policultura, cria e proletariza parcela do campesinato.

A chegada da usina opera, assim, completa remodelação na organização espacial. No centro da paisagem localiza-se sobranceria a usina, ladeada pelas vilas operárias, as "ruas" onde o campesinato proletarizado vai se aglomerando em viveiros de mão-de-obra, e rodeada no conjunto pelos canaviais, estes, fragmentados em canaviais da usina e canaviais dos fornecedores. Tecendo a unidade orgânica que faz dessa organização espacial o território imperial da usina, as ferrovias completam a moldura, num reforço da centralidade da indústria. Todavia, por dentro desta tela moderna, sustentando-a no fundo, segue existindo o velho binômio latifúndio-minifúndio pela maior propagação nos canaviais da figura do morador e do foreiro.

Polarizando a estratificação social em usineiros e proletários das usinas, esta reordenação das estruturas de produção e de classes nem por isto extingue o binômio latifúndio-minifúndio. Sendo uma atividade de safra única, e impondo-a como norma à totalidade regional através da exclusividade da monocultura canavieira, a usina tem no binômio a base da necessária flexibilidade com que precisa operar a alternância cíclica dos períodos de safra e entressafra. O binômio absorve e lidera segundo esta alternância terras e força de trabalho, garantindo produção alimentícia e reserva cativa de mão-de-obra à agro-indústria. Compondo o que Francisco de Oliveira com muita propriedade designa por "fundo de acumulação" e "formas de defesa anticíclicas não-capitalistas"³, o binômio e a mola mestra da estratégia de "imbricação salários-culturas de subsistência". É com ela que a agro-indústria capacita-se a sobreviver sob a crise permanente em que vive, agravada internamente ao longo da primeira metade do século XX pela concorrência da produção açucareira do "Sul". Séria, tendo em vista que a produção açucareira do Nordeste volta-se mais e mais para o mercado interno, e pela emergência, regionalmente no Nordeste, do complexo algodão-pecuário-indústria têxtil.

Nas áreas pastoris do Sertão e Agreste o arranjo espacial articulado pelo consórcio gado-algodão consolidara-se na passagem do século e sedimenta agora uma sociedade fortemente agrária e hegemônica pelos "coronéis", designação com que passam a ser conhecidos os grandes proprietários de terras, senhores do gado e do latifúndio pastoril, após a "revolução" de 30.

Na verdade, o arranjo espacial articula uma escala de relações em que sob o elo gado-algodão vamos encontrar o binômio latifúndio-minifúndio

³ Ver "Elegia Para Uma Re(li)gião", Paz e Terra, Rio de Janeiro, do qual extraio as citações daqui em diante de Francisco de Oliveira. A este livro o leitor deve juntar o clássico de Manuel Correia de Andrade "A Terra e o Homem no Nordeste", Brasiliense, São Paulo.

de molde habitual. Compõe-se, então, a série de pares policultura-gado, policultura-algodão, gado-algodão, em que a pequena produção de subsistência aparece com o mesmo papel de "fundo de acumulação" que vimos sustentando por dentro a acumulação do capital no espaço cafeeiro do "Sul" e no espaço agro-industrial açucareiro da Mata nordestina. Pode-se falar de um complexo policultura-algodão-pecuária. Entretanto, esta combinação agricultura (policultura de subsistência e algodão)-pecuária é o suporte regional daquela que no âmbito de conjunto do espaço nacional forma a relação agricultura-indústria, compondo o complexo algodão-pecuária-indústria têxtil cujo terminal é a divisão internacional do trabalho em que o nordeste algodoeiro se encaixa como supridor de matérias-primas, em particular para as indústrias inglesas.

Desse modo é este *hinterland* nordestino, sobretudo ao longo da faixa longitudinal norte, da Paraíba/Rio Grande do Norte ao Piauí/Maranhão, verdadeiramente, um grande espaço algodoeiro com pano de fundo na grande propriedade pastoril. Aqui, a apropriação monopolista da terra mostra seu ostensivo caráter parasitário, pois não é o gado o fundamento da economia e a fonte real da renda fundiária que subsidia a formação do capital mercantil e industrial, mas sim a renda auferida com o negócio do algodão. Aqui, a acumulação primitiva do capital identifica-se com o parcelamento da terra pelo latifúndio e sua entrega aos cuidados do campesinato foreiro, parceiro ou rendeiro, advindo da metamorfose do trabalho escravo, para o cultivo do algodão. Portanto, o grande proprietário rural estabelece com este campesinato uma relação de renda fundiária pré-capitalista, cuja apropriação reforça pondo-se ainda como intermediário mercantil-usuário.

Todavia, esta hegemonia do grande proprietário pecuarista subordina-se por sua vez à do grande capital mercantil, cuja escala é a da comercialização do algodão nos mercados mundiais.

Encarna, pois, o capital mercantil a fusão, habitual no processo da acumulação primitiva no Brasil, entre a elite agrária, no caso o grande proprietário pecuarista, e a intermediação mercantil-financeira, com desdobramentos para a formação do capital industrial. Tanto quanto veremos para os demais espaços também aqui é o que temos. Intervindo na intermediação mercantil-financeira e constituindo essencialmente o capital mercantil regional, é freqüente a presença dos "coronéis" na organização do próprio comércio urbano regional. O grande proprietário pecuarista-algodoeiro é também um grande investidor industrial, vindo de sua acumulação mercantil a grande parte do investimento formador do capital industrial têxtil.

Ocorre então que no plano de conjunto do Nordeste vão interligar-se freqüentemente a economia agro-açucareira e a algodoeira-pecuária, através da simbiose que se dá entre os capitais industriais. É que fornecendo tecido grosseiro ao proletariado empregado na agro-indústria e a sacaria necessária ao acondicionamento do açúcar às usinas, a indústria têxtil vai ter o seu grande mercado, condição que não raro estimula a reunião dos respectivos capitais.

Fecha esta simbiose assim uma unidade algodão-açúcar fortemente engastada numa fusão agricultura-indústria em que a industrialização faz-se embaixo da hegemonia das elites agrárias e sobre a base de uma classe trabalhadora essencialmente ruralizada. Esta simbiose que faz a força da economia é, como adiante veremos, a mesma que freará seu salto de qualidade da mais valia absoluta para sua fase superior de mais valia relativa, levantando, pois, uma barreira a que a acumulação primitiva efetivamente convirja para a forma plena do capitalismo. Nisto diferirá essencialmente o processo no Nordeste e Centro-Sul, exprimindo esta desigual evolução do desenvolvimento capitalista nas performances comparadas das unidades estaduais mais representativas de ambas regiões, respectivamente Pernambuco e São Paulo.

Rapinagem e Ilusionismo no Vale Amazônico

A virada do século surpreende o vale amazônico situado num estado oposto ao do quadro geral da Colônia. Sem estar incorporado no mesmo grau orgânico de interligação das demais "macro-formas" à rede de articulações da reprodução plantacionista e mineira, o espaço extrativo amazônico nenhum abalo sofre em seu dinamismo quando a economia mineira entra em crise. Por isto, a passagem do século vai encontrá-lo mergulhado no extrativismo das "drogas do sertão", neste momento girando em 58% ao redor das exportações do cacau.

Avizinha-se, todavia, a fase extrativista da borracha, que se inicia por volta de 1850 e promove profundas alterações no conteúdo e forma do espaço extrativo.

Determinações interno-externas são também aqui evidentes. Internamente acumulam-se os efeitos da queda internacional dos preços do cacau (só entre 1805 e 1816 cai de 3.100 réis por arroba no porto paraense para 2.000 réis). Externamente descobre-se em 1841 o processo de vulcanização da borracha natural que abre para seu franco emprego industrial. Frente à rápida ascensão de preços que a borracha experimental,

o extrativismo vegetal amazônico se desloca inteiramente para este produto.

De início, sua extração faz-se nos pontos mais acessíveis das cercanias de Belém, indo deslocar-se depois mais e mais para os pontos distantes do hinterland na direção do alto curso dos rios. As exigências de organização do espaço tornam-se então crescentes. Vai comandar esta organização um processo de intermediação comercial-usurária que já realiza essa tarefa desde o "ciclo" das drogas: o *sistema do aviamento*. O *aviamento* é um mecanismo em que mercadorias são fornecidas a crédito para pagamento com produtos *in natura*, "uma espécie de crédito sem dinheiro" no dizer de Roberto Santos no seu clássico "História Econômica da Amazônia (1800-1920)".

O arranjo espacial implica a dispersão dos seringueiros (trabalhadores extratores do látex, líquido extraído da árvore com o qual fabricar-se-á a borracha) mata adentro, que nela se fixarão indeterminadamente. Aí, num ponto à beira do rio, o seringueiro levanta sua cabana e instala o sistema rústico da defumação do látex para transformá-lo na forma bruta da matéria-prima da borracha. Diariamente desloca-se ao longo de uma picada aberta na mata, a *estrada de seringueiras*, fincando e recolhendo das seringueiras tijelinhas que recebem o látex, reunindo o líquido num balde para defumá-lo ao final do dia. Percorrendo de uma a duas estradas por dia, cada qual contendo a média de 123 árvores, ao seringueiro não sobra tempo para dedicar-se à produção alimentícia e demais bens de uso e consumo, suprindo-se dos fornecimentos do seringalista (proprietário do seringal, a fazenda que emprega o seringueiro congregando dezenas de estradas).

O trabalho do seringueiro é uma das pontas de uma complexa cadeia de intermediários, os "aviadores", que tem no outro extremo os exportadores. O sistema do aviamento é então uma estrutura vertical que articula desde a plêiade pontual dos seringais até sua comercialização-industrialização internacional, incluindo entre o seringueiro e o grande especulador internacional uma gama diversificada de níveis intermediários, de que o seringalista é apenas um dos elos. Em sua projeção espacial, é uma rede que abarcará no tempo a totalidade da extensão territorial amazônica.

Nesta organização espacial o *sistema do aviamento* tudo centra na extração da borracha. O pouco de diversificação de uso da terra do "ciclo" das drogas dissolve-se frente à reorganização do espaço promovida pela estruturação do extrativismo gomífero. Polarizado na alta lucratividade

oferecida pela exportação da borracha, o capital mercantil desorganiza a produção de subsistência e extrativa anteriores, chupando-lhes a força de trabalho. Como o volume dos lucros, numa conjuntura de demanda internacional em ascenso, é função do número de seringueiros em atividade no meio da mata amazônica, dado tratar-se de uma atividade extrativa, o que implica determinantes muito mais simples que a agricultura no tocante a investimentos em capital fixo, o suprimento regional de força de trabalho cedo se esgota. É quando o capital mercantil, via mediação governamental e privada, organiza deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para o trabalho nos seringais. Propicia esta migração para os seringais neste momento de auge do extrativismo (virada do século XIX-XX) a concomitância no espaço nordestino do início da expulsão camponesa pela usina e a seca de 1877.

Reside nessa genealogia do arranjo espacial do extrativismo da borracha as duas determinações que prendem o trabalhador, num momento de declínio geral do regime do trabalho escravo, a um regime de trabalho de semi-escravidão. Sua migração até o seringal é custeada por intermediários, que repassam os gastos aos próprios trabalhadores. Uma vez instalado, o trabalhador recebe instrumentos de trabalho e meios de subsistência que deverão ser descontados de sua remuneração. Somam-se, assim, débitos que ele jamais poderá saldar e, pelo contrário, aumentam incessantemente, dado que a contabilidade é **feita** sob o controle do seringalista e este a manipula de modo a manter o seringueiro sob seu controle permanente. É o *sistema do barracão*, peça-chave que sustenta pela base todo o *sistema do aviamento*.

Da cadeia do aviamento fazem parte cinco estratos de classes, que, à exceção do seringueiro, podem entrecruzar-se: o *exportador*, o *importador*, o *aviador* (grande, médio e pequeno), o *seringalista* e o *seringueiro*. Articula-os num lodo orgânico o processo de produção-extração-distribuição do excedente. Este, gerado pelo seringueiro, extraído deste pelo seringalista, redistribui-se entre as demais camadas dominantes, formando o complexo da hegemonia do capital mercantil. O ponto da articulação é o mecanismo da reprodução da força de trabalho do seringueiro, na medida que o gasto com capital praticamente reduz-se às despesas com reprodução da sua força de trabalho, numa ordem de 84% do total dos investimentos. A razão é que, tratando-se de atividade extrativa, o gasto em capital fixo minimiza-se extremamente. Correspondendo à quase totalidade das despesas com a reprodução do trabalhador, numa média de 62%, é o investimento em abastecimento alimentar o gasto principal, situando-se aqui o centro de origem da hegemonia do capital mercantil, já que o suprimento alimentício, vindo da importação das áreas

agrícolas do Sul em face da destruição da produção local pela centração do espaço regional na produção da borracha, põe tudo na dependência da intermediação mercantil-usurária. Descrevendo o processo, diz Roberto Santos: "O 'aviador' de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo 'aviador', o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho a título do que se poderia chamar 'juros extras'. Esse 'aviador' por seu turno, era 'aviado' por outro e também pagava 'juros extras' apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam as firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo dos 'juros extras' e do rebaixamento do preço local da borracha. A cadeia era simplificada quando o seringalista se tornava um empresário de certa envergadura. Nesse caso, ele próprio se constituía um 'aviador' de primeira linha, ligando-se diretamente, por um lado, às casas 'aviadoras' de Belém e Manaus e, por outro lado, ao seringueiro extrator, seu 'aviador' ou 'freguês'.

Co-pertencem, pois, a ordenação espacial polarizada na comercialização da borracha e o sistema do aviamento. Tudo interliga-se na amplidão amazônica em função da cadeia do aviamento. No dizer de Roberto Santos: "O aumento dos contados da economia amazônica com o mercado monetizado de outras áreas tendia a resultar numa intensificação do *aviamento*, dado que todo o sistema era altamente dependente do setor primário, onde prevaleciam as relações de "aviador-aviado". Mesmo as poucas indústrias existentes, por se limitarem quase sempre ao beneficiamento e à transformação elementar de matérias-primas locais, dependiam, para seu suprimento, dos mecanismos do *aviamento*. Os transportes, comércio, e as rendas públicas repousavam fundamentalmente na movimentação da riqueza gerada no setor primário. Mas, as mudanças de intensidade do *aviamento* dependiam, externamente, da elasticidade da procura extra-regional de produtos primários. Contrações da procura acarretariam fatalmente desprestígio e desestímulo ao *aviamento* e à atividade produtora da borracha. Em contraposição, se a demanda externa crescia e o *aviamento* se fortalecia, a taxa de juros média do sistema tendia a subir, desestimulando outras inversões estranhas ao extrativismo. É certo que o *aviamento* exercia efeito multiplicador do emprego nas atividades terciárias. De fato, ele implicou historicamente uma tendência à hipertrofia do terciário, face aos ganhos do transporte e da comercialização da produção primária."

A diversidade do arranjo espacial que se vai formando no vale amazônico após os anos vinte dá a medida do declínio do "ciclo" da borracha. Reaparecem aqui e ali a lavoura e a pecuária, recursos antigos dos tempos das "drogas do sertão" e novos passam a ser extraídos nas áreas de recuo da extração da borracha e esta definha em todo o vale, restando como atividade dominante nos anos cinquenta-sessenta apenas nas áreas do extremo ocidente amazônico (Acre basicamente). Não se alicerçando num eixo agricultura-indústria, mas tão só na rapinagem da natureza, a acumulação primitiva não desemboca na industrialização.

Variação e Polaridade Paulista no Centro-Sul

O aprofundamento nacional dessa

que levará à industrialização da grande propriedade e de toda a sociedade brasileira, tem no Centro-Sul a peculiaridade de combinar vários pólos internos numa articulação de conjunto de limite formal bem preciso. Um primeiro grande pólo tem por eixo as metamorfoses do espaço cafeeiro. Um segundo, as dos centros de colonos europeus que introduzem no Sul a pequena produção familiar.

Quando se inicia o século XIX o café não é ainda uma cultura comercial importante. É a crise das "macro-formas" tradicionais que abre para sua expansão.

Já em 1832 o valor da exportação do café sobrepuja a do açúcar e em 1837 representa mais da metade do valor das exportações globais. A razão desse surto é que às determinações da crise interna vão somar-se as externas em que sobressai a independência dos Estados Unidos lançando-o entre os maiores importadores de café.

A implantação de uma fazenda de café envolve gastos elevados. Prado Jr. nos dá uma descrição do que inclui seu arranjo espacial no período escravista: "Além das plantações, a fazenda conta com diferentes instalações e dependências que fazem dela um conjunto complexo, vultoso e em grande parte auto-suficiente. É a repetição do que já se observara nos engenhos de açúcar. Assim, as destinadas ao preparo e beneficiamento do produto: tanques onde o grão é lavado logo depois da colheita, terreiros onde ele é exposto ao sol para secar, máquinas de decorticação, triagem etc. Além destas, a residência do proprietário (em regra absenteísta, mas visitando sua propriedade na época da colheita, de maio a agosto), a senzala dos escravos (grande edificação térrea com os alojamentos dispostos ao redor de um pátio central) ou "colônias" de trabalhadores livres, agrupamentos de casinholas em geral alinhadas ao

longo de uma rua e dando o aspecto de uma pequena aldeia; finalmente as cocheiras, estrebarias e oficinas diversas de carpintaria, ferreiro etc. Tudo isso forma uma aglomeração que nas fazendas importantes toma vulto, abrindo uma clareira de habitações e edificações em meio da floresta de cafeeiros que as cerca de todos os lados. Exatamente como o engenho de açúcar, a fazenda de café é um mundo em miniatura quase independente e isolado do exterior e vivendo inteiramente para a produção do seu gênero"⁵.

Herdeira de tudo que a secular exploração do trabalho escravo acumula, a fazenda do café está em franca expansão quando nas demais áreas o escravismo já se decompôs, dando lugar ao nascimento do campesinato. Por isso, aqui é onde a abolição encontra mais resistências, porém onde a nova ordem nasce de modo mais radical. No espaço cafeeiro esta vem na forma do colonato, iniciando sua metamorfose radical tão logo que em sua marcha a cafeicultura atinge o planalto na região de Campinas. Aí, entre 1847 e 1857, na Fazenda Ibicaba, situada onde hoje se encontram os municípios de Limeira e Rio Claro, de propriedade do Senador Vergueiro, ocorrerá a malograda tentativa de substituir o trabalhador escravo pelo dos parceiros. Mas é somente nos anos setenta, quando a mancha cafeeira desloca-se para instalar-se nas áreas de terra roxa de Ribeirão Preto, que se inicia o emprego definitivo do trabalho assalariado na cafeicultura, para tanto apelando-se para a imigração italiana. Golpeando o regime escravocrata em seu próprio centro de gravidade, a cafeicultura capitalista desde então acelera sua marcha pelo planalto rumo à região que converterá em seu próprio símbolo territorial: a extensão de área contínua formada pelo oeste paulista e norte paranaense.

Nessa progressão, um arranjo espacial de molde semelhante ao binômio latifúndio-minifúndio do período colonial organiza o espaço capitalista, mas sob uma dinâmica inteiramente nova. A razão é que aqui o espaço organiza-se a partir de relações contratuais, estabelecidas entre o cafeicultor e as famílias de imigrados. O processo é tão simples quanto conflitivo. O Estado, atuando como intermediário, divulga e custeia a vinda do imigrante italiano, cobrindo as suas despesas de transporte e de subsistência até que, chegando a São Paulo, seja contratado pelos cafeicultores. Trata-se, como diz Prado Jr., para diferenciá-la da que vai promover a formação de colônias italianas no Sul, que denomina de "imigração subvencionada", de um mecanismo em que o Estado arca com os dispêndios de formação de mercado de trabalho livre, com isso

⁵ Ver "História Econômica do Brasil", Brasiliense, São Paulo, 1979.

cumprindo sua função de criador de condições gerais de reposição de força de trabalho para o capital. Uma vez contratado pelo cafeicultor, o colono com ele assina um contrato, uma Caderneta precursora da Carteira de Trabalho que será instituída no governo Vargas, segundo o qual obriga-se a cuidar de um número estabelecido de pés de café com o direito de em troca receber um salário fixo, com adicionais a cada pé de café a mais, e uma parcela de terra no interior da fazenda de café para plantio de policultura de subsistência de seu inteiro domínio.⁶

Lembrando o conhecido padrão espacial, põem-se nesse arranjo espacial lado a lado a grande e a pequena lavoura, o clássico binômio destinado a sustentar a nível baixo o custo geral da produção, e assim a alto nível a taxa de lucro do capital. Há, entretanto, aqui no espaço cafeeiro, uma radical diferença quanto ao funcionamento desse papel econômico do binômio, que reside justamente na possibilidade que este *regime do colonato* abre de aquisição de terras para o colono. Movido por essa perspectiva, ao colono interessa que sejam plantados intercaladamente o café e os cereais da policultura, estes nas "ruas" que se abrem entre as fileiras do café. Uma vez que ficam suprimidas as distâncias respectivas entre uma e outra culturas e com isso o tempo de deslocamentos, pode o colono ao tempo que se dedica a uma dedicar-se a outra, ganhando salário adicional com uma e com a outra gerando excedente para a venda, aumentando sua possibilidade de acumular e comprar terras. Por isso, lutar com as armas disponíveis por este arranjo espacial, pelo mesmo motivo se voltando contra ele o cafeicultor ao qual interessa ceder terra para policultura fora e distante das fileiras do café, o que torna este arranjo intercalar uma das contradições motoras da marcha cafeeira. Move o cafeicultor o interesse de reter o colono numa conjuntura marcada pela escassez de força de trabalho e ao colono a consecução daquilo que o motivara a migrar. Decidirá esta contenda a própria dinâmica vegetativa do cafezal, uma vez que o pé de café ao atingir no quarto ano de crescimento sua altura normal, com ela sombreia as "ruas", impedindo seu uso agrícola. Por isso, terminado o prazo contratual, estabelecido para um ano, a tendência do colono é deslocar-se para as frentes de expansão da marcha cafeeira, onde encontra cafezal novo e maior chance de obter o arranjo intercalar. Eis o que explica a aceleração inaudita da marcha cafeeira quando atinge o planalto e, sobretudo, porque São Paulo se antecipa às demais regiões na marcha do avanço do capitalismo rumo à industrialização.

⁶ O livro fundamental sobre este assunto é o clássico de Pierre Monbeig "Pioneiros e Plantadores em São Paulo", Hucitec/EDUSP, 1984.

Soma-se, na esteira desse motor dinâmico da marcha cafeeira, a especulação com terras. Aqui, o agente é o próprio capital cafeeiro, representado no estrato superior dos cafeicultores. Estes, abrindo o leque do movimento acumulativo, dirigem os lucros auferidos com as exportações cafeeiras na direção do abarcamento de todos os segmentos em que se divide o movimento da reprodução ampliada do capital envolvido no espaço cafeeiro. Assim, abrem empresas de exportação-importação, fundam bancos para financiar os demais cafeicultores, investem em indústrias e instalam a rede ferroviária demandada pela distância aos portos que vem com a interiorização crescente. À frente da chegada dos trilhos, compram e loteiam terras para novos plantios cafeeiros, especulando e extraindo altos lucros com estas terras, forjando artificialmente sua valorização ao fazer chegar as pontas de trilhas sempre à frente da própria frente cafeeira.

Embaixo dessas determinações, em pouco tempo o espaço cafeeiro torna-se amplo espectro de diferentes estágios de maturidade do cafezal. Reunindo desde frações de áreas de cafezal velho até as de plantios ainda recentes, sua dinâmica de conjunto passará à regência de uma contradição que brevemente põe fim à euforia cafeeira: de um lado a valorização artificial da terra força seguidamente seu alto preço, e de outro, a crescente heterogeneidade vegetativa do cafezal força continuamente para baixo o nível médio da renda fundiária. Por isto já precipita-se a cafeicultura em crise mal se entra no século XX.

Com a crise é que a hegemonia da burguesia cafeeira sobre a máquina federal do Estado, conquistada desde que o café assume a principalidade do sistema econômico, faz sentir seu peso. Três sucessivos Planos de Valorização do Café são postos em prática a partir de 1906 (Acordo de Taubaté), convergindo no segundo e sobretudo no terceiro para tornar-se um plano de sustentação a níveis artificiais dos preços do café, que desceram ladeira abaixo devido à superprodução criada pela euforia especulativa. Comprando e estocando café para manter em nível elevado o preço da saca, porém pagando este preço fictício com recursos oriundos dos impostos de importações-exportações, o Estado subsidia a especulação cafeeira através de um expediente que significa socializar a crise cafeeira distribuindo inter-regionalmente seu custeio por toda a sociedade brasileira para que em São Paulo os cafeicultores acumulem privadamente. Já instituída como polaridade econômica e política do país pelo simples fato de ter-se constituído em seu centro de gravidade, a cafeicultura passa então a tornar-se o pólo único de apropriação, via financiamento da sua crise de realização por frações crescentes dos excedentes produzidos nas outras frações de áreas do espaço nacional. São

os tributos pagos pelos agentes econômicos dessas diferentes áreas que convergem para as mãos dos que especulam com o café, materializando-se em maior densificação de capital no tecido do espaço cafeeiro. Não visando resolver a crise pela raiz, e sim contê-la por meio de preços políticos, os Planos logram aumentar ainda mais em pleno auge da crise a euforia especulativa do capital cafeeiro. Dela participam agora também os grandes bancos internacionais, que, reticentes quanto ao primeiro Plano, passam a partir do segundo a financiar os déficits de caixa do Estado e os investimentos em capital fixo no espaço cafeeiro, exigindo em troca o direito de administrar os estoques de café, com liberdade para especular com os preços do produto no comércio internacional.

Numa sobrevida comum às estratégias das elites agrárias, misto de fazendeiros e intermediários mercantil-usurários, a crise do café, etapa final da longa fase nacional da crise agrária, acaba por forjar o nascimento da hegemonia do capital financeiro sobre a sociedade brasileira.

Quando explode, a crise cafeeira termina com o monopólio do uso da terra pela cafeicultura. Em pouco tempo o espaço agrário vai ganhando novo desenho com o aparecimento de novas culturas, no bojo das quais a grande propriedade se reergue, não sem o preço de alguma fragmentação que abre o acesso da terra à pequena propriedade. A indústria, que se desenvolveu desde quando se instala a divisão interna de trabalho que supera a crise do trabalho escravo, multiplicando-se através da incorporação dos capitais oriundos da acumulação cafeeira, como Sérgio Silva descreve e explicita em "Expansão Cafeeira e Origens da Industrialização no Brasil", vai encontrar nesta nova e amplificada divisão intra-agrícola do trabalho extraordinária base de impulsão. É tal a expansão da indústria, que passa ela a ser o pólo dinamizador da acumulação global quando com a "revolução" de 30 se estilhaça e reordena o quadro institucional do poder de Estado.

A crise cafeeira encontra seu termo de superação com a seqüência das "revoluções" de 1930 e 1932, a primeira representando uma frente das oligarquias rurais regionais contrárias à política de "expropriação de expropriadores" em que se transformaram os Planos de valorização cafeeira, derrubando, oligarquias gaúchas e mineiras à frente, as oligarquias cafeeiras da máquina do Estado federal, e a segunda representando a reação das oligarquias cafeeiras e sua reintrodução no bloco do poder oligárquico.

Esta remexida no interior do poder oligárquico todavia já não mais pode lograr uma nova fase de sobrevida à agroexportação. Não só esta historicamente mostra-se esgotada, como já dera à luz o processo da industrialização cuja força expansiva torna-se agora a nova base do padrão de acumulação e a energia motriz da renovação das elites agrárias.

Trata-se, isto sim, de reestruturar-se o aparelho do Estado para que este cumpra sua função de repor as condições gerais da acumulação no sentido agora da industrialização. Isto é, de um processo que, se no plano empírico vai exprimir-se no aumento dos estabelecimentos fabris, na verdade definir-se-á como o aprofundamento da divisão interna do trabalho com que se romperá o antigo regime e faça agora da indústria e da agricultura duas vertentes que se integrem, a agricultura numa forma em que seu excedente deve incorporar-se à formação do capital fabril progressivamente e a indústria tecnifique o processo produtivo agrícola.

Portanto, trata-se de aparelhar o Estado de modo a que este ponha em ordem os pressupostos da formação do capitalismo com os quais se institua a dissolução da sociedade nas normas do mercado. Mais que isso, de fazer-se a roda do mercado operar a construção da escala de forças produtivas que leve a máquina a sobrepor-se ao trabalho.

É neste ponto que a "expropriação dos expropriadores" cafeeira abre no país a *combinação espacial desigual* que, mais que a heterogeneidade horizontal, é a introdução do desigual ritmo de desenvolvimento da modernização das elites de expressão regional. A sobrevida da especulação cafeeira acabará por dotar seu espaço de uma densidade territorial maior de capital que os demais, nele promovendo a ruptura do horizonte próprio da acumulação primitiva e sua molecularidade mais cedo, no que arrastará todo o espaço nacional.

A cafeicultura não introduz de imediato consigo senão margem restrita de industrialização. Produto que só exige uma indústria de beneficiamento primário, não requerendo ele mesmo processamento local, o café em si não gera indústrias no seu espaço. Basta ao capital cafeeiro neste momento a existência das indústrias que concorram para a cesta da reprodução da massa trabalhadora da grande lavoura. Por isso, não veremos surgir no espaço cafeeiro, em São Paulo, vale dizer, até 1907 um parque industrial significativo.

É só com a crise cafeeira e a decorrente captura de excedentes de outras áreas para incorporá-los ao seu espaço, elevando e alargando a escala das forças produtivas nele materializadas, que veremos acelerar-se a industrialização. É quando São Paulo inicia o processo que cedo irá colocá-lo à frente na expansão industrial.

Há, portanto, uma inversão no tempo, num primeiro momento a indústria servindo à revitalização da acumulação agroexportadora, vale dizer, à cafeicultura, e, num segundo momento, a agricultura passando a servir à industrialização. A transposição dos momentos não é imediata, sendo antes processual, correndo por toda a primeira vintena do século uma dinâmica de expansão industrial que se dá na esteira e sob o benefício

da polaridade cafeeira sobre o quadro nacional. Porém, quando em 1930-1932 se refaz a estrutura do aparelho federal do Estado, a oligarquia industrial paulista estará presente na composição do poder, a tanto terá crescido.

Paradoxalmente, entretanto, não é no espaço cafeeiro e sim no canavieiro-algodoeiro nordestino que a industrialização tem seu ensaio inicial. As pesquisas e reflexões sobre o processamento histórico do capitalismo no Brasil tem-se dedicado a responder as razões da concentração industrial em São Paulo. Mais frutífero seria talvez indagar porque não no Nordeste.

O aprofundamento da relação café-indústria em São Paulo, no sentido de a agricultura servir à industrialização e vice-versa, exige que ao lado da grande lavoura paulista se ponha a pequena produção de subsistência do Centro-Sul, sobretudo porque a incorporação deve agora transbordar os requerimentos da reprodução da massa trabalhadora plantacionista, para mais e mais abranger o crescente proletariado industrial.

A industrialização paulista requer a revisão da forma do binômio latifúndio-minifúndio no sentido daquela que lhe servia de sustentação regional, formando-se agora pela articulação da grande e pequena produção da vasta área que vai do latifúndio pastoril do planalto mineiro à pequena produção camponesa das colônias alemãs e italianas sulinas, ensaiando-se a unidade regional que virá a ser o Centro-Sul. Polariza-a, num primeiro plano, sua incorporação à formação do capital fabril que concentrar-se-á no eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, e, num nível abaixo, à dos capitais fabris que vão surgindo localmente aqui e ali.

As áreas do planalto mineiro incorporam-se à polaridade regional logo após o declínio da mineração, transferindo escravos para a nascente cafeicultura do vale do Paraíba e suprindo de alimentos o centro urbano do Rio de Janeiro, sendo daí que parte a pecuária cuja expansão forma a ocupação inicial do oeste mineiro e paulista. Quando cessa a imigração italiana na década de 20 e as fazendas de café incorporam a força de trabalho imigrante das áreas decadentes do país, do sul de Minas saem as primeiras levas imigrantes nacionais. É também a fonte de força de trabalho para as primeiras indústrias, em particular no Rio de Janeiro. É esta interligação que reforça a tendência ao desenvolvimento da indústria de laticínios no planalto mineiro, numa espécie de contra-partida local.

Já as de São Paulo, mais diversificadas, desde quando a crise cafeeira abriu seu espaço para a diversificação dos cultivos. Reúnem-se assim no amplo leque da divisão de trabalho intra-local: 1) a policultura intercalar da frente cafeeira que nos anos trinta chega ao norte do Paraná, embora aí

já não mais ligada ao latifúndio, e a que vai surgindo seja nas áreas relegadas pela cafeicultura dado sua baixa fertilidade, ou seja ligada à fragmentação da grande propriedade nas áreas esgotadas e deixadas para trás pela marcha cafeeira; 2) as culturas industriais (matérias-primas agrícolas) que surgem com a diversificação de cultivos a partir da crise cafeeira, como a pecuária inicialmente de corte e depois a leiteira do vale do Paraíba, a de cítricos no centro-leste do planalto, a da cana nas áreas centrais, a do algodão e do café no oeste; e, ainda, 3) as que vão surgindo nas áreas circundantes dos Estados vizinhos, até onde chega a influência crescente de São Paulo, como a do café no norte do Paraná, de cereais e gado de corte no sul (Dourados) e sudoeste (Pantanal) do Mato Grosso e de cereais (arroz) no sul de Goiás (Mato Grosso de Goiás). Nessa ampla área, cujo arco se expande progressivamente, transbordando no tempo para além do Estado de São Paulo, extraordinária divisão intra-agrícola de trabalho tem lugar, indicando a forte integração agricultura-indústria que desde então fará de São Paulo o centro de gravidade da economia nacional.

Mas vai até os limites fronteiriços gaúchos o arco dessa divisão intra-regional que compõe o eixo agricultura-indústria do Centro-Sul. Abrindo-se para a formação do capital fabril tanto do Rio de Janeiro quanto de São Paulo, a produção agropecuária sulina chegará mesmo para além dos próprios limites do Centro-Sul, alcançando, como vimos, o Norte e o Nordeste. Inicialmente, no Sul o movimento da acumulação primitiva fica contido nos níveis pontuais dos centros de colonos, só depois irradiando-se para horizontes maiores, primeiro nos quadros da navegação de cabotagem, e, após 1910, com as ferrovias, por rotas terrestres, até sua acelerada integração regional com o transporte rodoviário. O Rio Grande do Sul é o exemplo típico dessa fase regional-nacional da acumulação primitiva.

As transformações nas relações de trabalho que nacionalmente vão se acentuando na segunda metade do século XIX liberam aqui e ali força de trabalho que, dado a crise geral que vai tomando conta da agricultura após seu rápido renascimento, passa a dedicar-se apenas à policultura de subsistência. Paralelamente, no Sul e em grande medida por razões estratégicas de fronteira, a policultura surge vinculada à colonização dirigida pelo Estado com imigrantes.

Ao longo do século XIX, sobretudo a partir da sua segunda metade, evolui assim a metamorfose da policultura de subsistência. Está em curso o nascimento do moderno camponato brasileiro.

Duas diferentes formas de camponeses têm lugar neste nascimento do camponato no país: aquela ligada às metamorfoses que ocorrem no âmbito das velhas "macro-formas" do espaço colonial e aquela ligada às

áreas de colonização dirigida do Sul. A primeira relaciona-se à crise do antigo regime e acabamos de ver aparecendo, antes mesmo da abolição formal, já na década dos setenta, na Amazônia com o sistema do aviação, no Nordeste com o do morador e em São Paulo com o do colonato. A segunda relaciona-se igualmente à crise do trabalho escravo e já ensaia seu surgimento ainda no início do século, logo que após a Independência as pressões inglesas começam a exigir sua extinção com as ameaças de abolição do tráfico negreiro, o que vem a efetivar-se em 1850. Mas, a necessidade de ocupar-se as terras do Sul frente às ações dos países platinos vem somar-se à de fazer-se os primeiros ensaios de formas substitutivas do trabalho escravo. Daí a vemos aparecendo em áreas do Sul já na própria década da Independência.

Embora a ele não se limitem, porque grande parte vai para o café, os fluxos migratórios de real importância na formação do campesinato moderno são os que vão para o Sul, em particular os de alemães e italianos. Antecede-os, mas em menor grau de importância neste sentido, a imigração açoriana. A imigração açoreana cobre a segunda metade do século XVIII e relaciona-se essencialmente à estratégia imperial do povoamento das áreas de fronteiras. Já os fluxos migratórios de alemães e italianos se dão no correr do século XIX, relacionando-se à dupla estratégia de cobrir a fronteira e ensaiar a metamorfose do regime de trabalho; as imigrações alemãs, sobretudo no correr da primeira metade do século XIX, e as imigrações italianas, sobretudo no da segunda metade.

A colonização açoreana inicia-se em 1746-48 e encerra-se no começo do século XIX. Cada família recebe uma gleba de cerca de 200 ha, distribuindo-se pelo litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em inúmeras e densas comunidades. Aí, dedica-se à produção de subsistência: policultura e pesca no litoral de Santa Catarina e policultura com destaque para o trigo no litoral do Rio Grande do Sul, de onde os açoreanos, findas as guerras platinas, avançam requerendo sesmarias pela Campanha, indo então constituir "o tronco de várias atuais famílias de estancieiros", como observa Orlando Valverde⁷. Formando um arco que se alonga pelo litoral e inflete por terra pela linha de fronteira, a colonização açoreana cumpre papel fundamental na montagem superestrutural do desenho espacial da Colônia, como nos informa Valverde: "De fato, a colonização açoreana da costa sul foi parte de um plano vasto de defesa do território português na América do Sul, onde quer que ele estivesse ameaçado". A que acrescenta:

⁷Resumimos a seguir as descrições de Orlando Valverde em "Planalto Meridional do Brasil", IBGE, Guia n° 9, CNG/UGI, Rio de Janeiro, 1958, e Vicente Tavares dos Santos em "Colonos do Vinho", Hucitec, São Paulo, 1984.

"Ademais da ocupação efetiva do solo, a colonização açoreana proporcionava grandes contingentes de soldados, bem como áreas de abastecimento de víveres, junto aos possíveis campos de batalha".

As colonizações alemã e italiana ocuparão as terras mais interiorizadas do planalto meridional.

Os primeiros núcleos são os de colonização alemã, que se sucedem pela primeira metade do século XIX. Estes, multiplicam-se entre 1824 e 1859 pelos trechos serranos das encostas que bordejam o planalto meridional num arco de longa curvatura que vai do norte de Santa Catarina (Joinville) às fronteiras continentais do Rio Grande do Sul (Santa Maria). Já a colonização italiana estende-se pelo período 1870-1920, evoluindo, no que toca à formação da moderna policultura camponesa, em colônias localizadas em áreas do topo do planalto, do Rio Grande do Sul ao Paraná.

Alemã ou italiana, a colonização inaugura nas terras do Sul um novo padrão de arranjo espacial, próprio das comunidades camponesas familiares autônomas. Nada aqui assemelha-se ao padrão latifúndio-minifúndio característico das "macro-formas" do espaço escravista-exportador. Aqui no Sul, uma dada área extensa é dividida em lotes pequenos (35ha em média), onde as famílias de imigrantes são assentadas. O loteamento inclui o traçado das estradas destinadas ao escoamento da produção, sobretudo porque os lugares escolhidos geralmente estão afastados dos centros mais povoados. Em seu lote, a família imigrante organiza uma típica unidade camponesa de produção e consumo de molde europeu. No entanto, os processos técnicos de produção são aqui adaptados. De um modo geral, há um processo histórico comum de montagem da organização espacial, que Waibel classicamente captou em suas pesquisas sobre a colonização no Sul. Inicia-se com a abertura do roçado na mata para substituí-la pela policultura de subsistência. Planta-se feijão, mandioca, batata e milho, este para nutrir a criação miúda (aves e porcos), a isto limitando-se a relação lavoura-criação. Industrializa-se caseiramente as sobras. Comerciantes ambulantes intercambiam os produtos dos camponeses pelos que estes necessitam, como utensílios. A densificação das relações amplia a rede de estradas e das trocas. A policultura ainda mais se diversifica, para introduzir entre outras a cultura do trigo. O comerciante se instala nos cruzamentos da rede e aí se fixa com seu negócio, criando pontos de referência da movimentação das trocas no núcleo. O campesinato introduz o arado de tração animal (cavalo) na lavoura e a carroça de quatro rodas no seu cotidiano, que servirá para levar os produtos ao mercado e a família às festas e à Igreja. É quando a limitação do tamanho da propriedade à rotação de terras força a

família camponesa a migrar para outra área ou a evoluir para a rotação de culturas. Esta vem com a introdução de leguminosas na lavoura e a associação desta com a pecuária, para o fornecimento do adubo. A paisagem fica mais complexa, compondo-se agora do xadrez das culturas e das instalações da pecuária, em particular a leiteira, dado a exiguidade da propriedade exigir pecuária especializada e sua estabulação. A indústria cresce e transborda do limite caseiro, criando um ramo próprio com capitais vindo tanto da acumulação mercantil quanto da reunião dos camponeses em cooperativas, fundando a divisão do trabalho e instaurando novo patamar de relação cidade-campo.

Leva tempo, entretanto, este desenvolvimento que trabalha pela integração da unidade espacial nestas áreas de colonização. E mesmo quando ela ganha amplitude pouco extravasará a escala local-regional. Durante todo o correr da segunda metade do século o isolamento cultural será a característica dos núcleos coloniais, tanto de alemães quanto de italianos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e de eslavos e poloneses no Paraná.

Será o Estado que promoverá as articulações intra-pontuais e com a escala vertical que leva até ao nível nacional. É o que vemos ocorrendo no Rio Grande do Sul, onde a virada do século registra o declínio das charqueadas, centro de gravidade até então da economia estadual. A necessidade de reordenar-se a economia leva à intervenção estatal, na forma da implantação de uma ramificada rede de ferrovias, visando promover as interligações de áreas que reativem e diversifiquem o arranjo econômico. Principalmente, pretende-se interligar as áreas coloniais do norte com as de pecuária da Campanha, abrindo a pequena produção camponesa imigrante para o mercado. Proliferam em consequência disso as indústrias locais, todas calcadas nas respectivas produções agrícolas. Em pouco tempo, assim se desenvolve em solo gaúcho a diversidade agro-industrial de produção que fará do Rio Grande do Sul um dos principais abastecedores de meios de subsistência aos grandes centros industriais e urbanos do Centro-Sul. A exemplo dele, todo o Sul vira um "celeiro agrícola", eufemismo com que se quer falar de um papel a ele reservado pelos industriais paulistas - centro da divisão centro-sulina de trabalho, quando o que se processa no Sul é a forma peculiar como nele se dá a acumulação primitiva, promotora de um padrão muito próprio de desenvolvimento do eixo agricultura-indústria, um padrão disperso, exatamente oposto ao que está em curso no triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte.

A Hegemonização Financeira: o Novo Espaço

No correr desse quase século de processo de acumulação primitiva que vai de 1870 a 1950, desenvolve-se o capitalismo rumo à sua face plena. A molecularidade é a forma como vai se dando o avanço dessa acumulação primitiva. Mas por volta dos anos cinquenta a hegemonia financeira inicia a unitarização do espaço nacional.

Se o aprofundamento da divisão interna do trabalho com que se rompe o regime escravista e se abre o processo da acumulação primitiva adquire, necessariamente, de imediato, uma face molecularizada, é porque o conteúdo de classe do processo traz a marca indelével da presença das elites agrárias. Todavia, crescendo a interdependência entre os segmentos de área e setoriais que vai se abrindo em leque na medida mesma que se dá este aprofundamento dentro da molecularidade, amplia-se em crescendo o intercâmbio dos produtos recíprocos, estabelecendo-se, assim, uma imbricação entre divisão interna de trabalho e relações internas de mercado que cedo ou tarde põe integração em lodo o espaço molecular.

Por isto, ali onde melhor se dê esta identidade entre divisão de trabalho e mercado, mais o processo da acumulação primitiva chega ao capitalismo pleno. E onde isto mais efetivamente ocorre, mais a fusão monopolista se instala, engendrando o capital financeiro e extinguindo as componentes da molecularidade.

Dois movimentos paralelos passam a se dar, pois, a partir de quando o processo da acumulação primitiva do capital atinge seu patamar avançado nas décadas de quarenta-cinquenta, ambos igualmente promotores da dissolução e superação capitalista da molecularidade: a proletarianização do campesinato e a concentração-centralização monopolista que integra empresas de diferentes áreas e setores.

A expulsão com que se processa a proletarianização do campesinato é a decorrência direta do aprofundamento da divisão interna do trabalho. Forçando a especialização produtiva à agricultura, o que implica sua necessária capitalização, este aprofundamento alija a grande massa camponesa do meio rural, impondo-lhe um estado permanente de revolta e conflito. Nasce dessa proletarianização do campesinato a *mobilidade territorial do trabalho* que aqui exprime-se no êxodo rural e acolá na migração rural-rural para desembocar na formação de amplo mercado nacional de trabalho livre. É o grau desse aprofundamento que leva as relações de produção a permanecerem fundadas na mais valia absoluta ou a progredirem na direção de fundarem-se na mais valia relativa. Vale dizer, a se apoiarem em processos produtivos ainda de todo não revolucionados, dado a forma de propriedade dos meios de produção ainda não ser

inteiramente a burguesa, ou em forças produtivas integralmente capitalistas, porque apoiadas em sua totalidade na forma capitalista de propriedade. A manterem-se subsumidas pelo capital mercantil ou a se abrirem para a irrupção da hegemonia financeira.

É da proletarização do campesinato e conseqüente mercantilização da terra e da força de trabalho que nasce o circuito capitalista de mercado. A isto é que Lênin designa "limpeza das terras" para o capitalismo, que, uma vez completada, instaura a agricultura em moldes capitalistas. Todavia, esta só se assenta quando a par e articuladamente a esta "limpeza" geradora do proletariado (pressuposto do livre mercado) a agricultura absorve a tecnologia de escala industrial (pressuposto da mais valia relativa).

O ponto do espaço nacional onde este duplo processo primeiro se efetiva tende a polarizar o conjunto, uma vez que na continuidade de sua progressão vai carreando para si parcelas crescentes dos excedentes aqui e ali produzidos.

Desde os anos vinte a molecularidade mal esconde o dreno de excedentes que vai se incorporando à formação do capital em São Paulo. Se neste período a face financeira dessa polaridade fica oculta no subsídio que o Estado passa na forma da política de preços artificiais do café, a face mercantil fica transparente nas estatísticas do saldo das trocas entre São Paulo e demais Estados (à época Províncias) e mais ainda das levas de imigrantes que vêm de Minas Gerais e Nordeste para empregar-se nos cafezais e indústrias paulistas.

Confrontando a divisão intra-agrícola do trabalho no planalto paulista com a de qualquer outra fração do espaço nacional, entenderemos a razão dessa polaridade, que não cessa daí para diante até evidenciar-se em definitivo nos anos cinqüenta, quando a concentração de estabelecimentos industriais na área urbana de São Paulo atinge já mais da metade de todo o parque industrial brasileiro. É justamente em São Paulo onde os pressupostos da instauração do modo de produção capitalista, acima referidos, primeiro completam sua formação no país, precisamente isto revelando a paisagem do seu espaço, tanto na diversidade do seu rearranjo agrário quanto na escala de concentração técnica do seu arranjo fabril.

É precisamente isto que explica porque embora as primeiras manifestações industrializantes possam ser detectadas nas áreas urbanas nordestinas, não é aí onde o capitalismo vai efetivamente florescer. Resumindo a raiz deste freio, numa linha de interpretação genuína na literatura brasileira, diz-nos Francisco de Oliveira: "Essa breve digressão serve para apontar o fato de que, emergindo a economia do 'Nordeste' algodoeiro-pecuário, que se centrava nas forças de reprodução já descritas,

produziu em primeiro lugar uma mão-de-obra que, pelas flutuações internacionais da economia algodoeira-pecuária, converteu-se parcialmente em força de trabalho disponível nas entressafras para alugar-se na produção da cana; a constituição desse semiproletariado levou para o coração da economia capitalista do açúcar-textil uma forma de mão-de-obra que não era força-de-trabalho, que não era totalmente mercadoria, já que cuidava de sua própria subsistência. Tendo agora como produtor um contendor não-antagônico, o capital industrial do "Nordeste" açucareiro-têxtil caiu na armadilha preparada pela "região" que lhe era concorrente na hegemonia das forças produtivas e das relações de produção; e recriou, no seu interior, formas de trabalho semicompulsórias, o "cambão", mercados "cativos" de trabalho nas usinas, formas de apropriação e expansão do trabalho não-pago caracterizadas pelo "barracão", em que o trabalhador passou a ser pago em espécie. Recriou, portanto, *formas de defesa anticíclicas não-capitalistas*: não ocorria o desemprego, nas crises da economia açucareira: ocorria apenas a volta de parte da população trabalhadora às "economias de subsistência", a formas quase-naturais. Essas formas de defesa foram-lhe extremamente *eficazes para não desaparecer*, mas cobraram seus direitos na medida em que a impediam de expandir-se". A que acrescenta: "...a hegemonia do Centro-Sul sobre a burguesia industrial do Nordeste começa a ocorrer exatamente pela troca de mercadorias, pela invasão de mercadorias produzidas no Centro-Sul, onde a produtividade do trabalho eslava em crescimento". Vale dizer: "...enquanto ocorre no Centro-Sul esse desdobramento e aprofundamento da força de trabalho como mercadoria, no Nordeste açucareiro têxtil essa nova circularidade vê-se embotada pelo fato de que a forma do capital ali predominante acha-se empatada pelas formas não capitalistas de reprodução da própria força-de-trabalho". Ao não operar-se a desterritorialização da massa trabalhadora capaz de torná-la uma população livre para o capital, para tornar-se ela mesma capital (capital variável), fica bloqueada a possibilidade de elevar-se a produtividade que, baixando os custos gerais a partir da mercantilização integral da reprodução da força de trabalho, abra para a livre competitividade e ritmo de circularidade que requer a expansão acumulativa do capital. Nesse confronto, o capitalismo fica bloqueado no Nordeste e franqueado no Centro-Sul, abrindo-se as comportas para a polaridade deste.

Mais que isto, abrem-se as comportas para a dissolução da molecularidade na globalidade do espaço nacional sob o comando e direção dos capitais situados em São Paulo. Inicia-se, então, nos anos cinqüenta, a unificação do espaço nacional via sua homogeneização no conteúdo capitalista que vai fechando as indústrias regionais em proveito da

absorção de seus mercados pelas indústrias instaladas em São Paulo, Essa unificação do mercado nacional centrada nos capitais "paulistas" e via dissolução das formas "regionais" levanta a reação das burguesias locais contra o "colonialismo interno", travando-se um confronto político que vai atravessar toda a década de cinquenta e a seguinte.

Tem lugar, assim, nestas décadas, uma grande confrontação também ideológica, cuja cara é a tese do "espaço arquipélago", de forte colorido e brandida por um e outro lados. De cada lado desse conflito intra-dominantes a tese justifica argumentos. De parte das burguesias regionais que se sentem prejudicadas, trata-se de uma herança do passado colonial, cuja consequência, por força das preterições e abandono pelo "poder público", é o subdesenvolvimento imperante nas regiões e no país, preterições que agora o governo federal deve corrigir. De parte do grande capital, trata-se de um atraso gerado pela ausência de relações mercantis internas decorrente do passado colonial, que deve ser superada pela abertura de vias de comunicações e subsídios governamentais a implantações de modernas indústrias nas áreas de atraso.

De um como de outro lado a retórica dos argumentos e saídas revela ter-se completado o fundamental do processo da acumulação primitiva do capital, ressonando o "dobre de finados" do campesinato.

O Espaço Monopolista-Financeiro: A Revolta Camponesa Permanente

O período que se abre nos anos cinquenta já se prenuncia nos movimentos camponeses dos anos quarenta. Naquela década os indícios da proletarianização do campesinato são manifestos. Em todos os cantos, multiplicam-se os sindicatos rurais, e, na década seguinte, em 1955, surge a primeira de uma série de Ligas Camponesas.⁸

Não por acaso, o foco irradiador dessas movimentações políticas é o Nordeste. Daqui, saem as mais fortes reações regionalistas. Saem também os protestos organizados dos camponeses. E será o Nordeste a primeira região a motivar a criação dos organismos regionais de planejamento que proliferarão logo a seguir. A Sudene, criada sob o calor das lutas dos camponeses e que surge de um embrião de planejamento essencialmente redistributivo de população camponesa no interior do território nordestino, tornar-se-á o padrão das demais Superintendências.

⁸ A lista de entidades que, desde então, vão surgindo, indicativas do crescimento da reação camponesa ao avanço da marcha capitalista, não pára de crescer.

Década rica de acontecimentos, justamente porque é a do salto de qualidade na marcha ascendente do capitalismo no Brasil. Os anos cinquenta vêm nascer o sistema bidepartmentalizado da indústria, marcando o surgimento da força produtiva capitalista.⁹

É a década que demarca os dois distintos momentos da organização capitalista do espaço: a molecularidade de antes dissolve-se daqui para diante frente à hegemonização crescente do conteúdo do espaço que vai reorganizá-lo por completo.

É neste momento conclusivo do processo de acumulação primitiva que a velha estratégia de reforma agrária das elites mais se explicita, em sua revelação pública e em sua face dolorosa para o campesinato. O Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), sob cuja égide o Estado toma para si a tarefa de orientar esta fase decisiva da "limpeza das terras" para o capitalismo, é sua direta expressão.¹⁰

Vimos que no centro dessa estratégia encontra-se a divisão de tarefas intra-agrícolas do binômio latifúndio-minifúndio e a política de sua atualização permanente, que implica em manter a sobrevida do campesinato até o momento em que, local e nacionalmente, o latifúndio tenha se modernizado e o campo se tenha técnico-produtivamente capitalizado ao ponto de todo e qualquer lugar e forma de cultura adquirir generalizadamente o nível de alta lucratividade, justificando assim a assimilação produtiva de toda a agricultura pelo novo latifúndio. Até lá, estruturar-se-á a agricultura numa divisão interna de trabalho em que ao minifúndio caiba suprir o desenvolvimento capitalista no que este necessite de produtos pouco lucrativos para o agricultor, como os alimentos, de modo a que fique para o latifúndio, como tarefa, apenas aquelas culturas cuja alta lucratividade lhe permita o ritmo e grau de modernização pretendidos.

É tal mecanismo que vemos governando a evolução diferenciada do campo a partir dos anos cinquenta-sessenta, explicando a antecedência da agro-pecuária paulista (área do Estado de São Paulo e do entorno imediato) em relação ao restante do espaço nacional, onde a estratégia parece ter-se completado. Por isto, aí a metamorfose da grande propriedade praticamente capitalizou-se e fez desaparecer pela proletarização a massa do campesinato, transformada no bóia-fria. Não é ocasional, portanto, ser o Triângulo Mineiro, área de paulistização agrícola típica, o locus do nascimento da UDR (União Democrática Ruralista), organismo

⁹ Desenvolvemos este processo em "O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil", Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1985.

¹⁰ Reiteramos ao leitor que veja nosso "O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão", Terra Livre nº 1, AGB, 1986.

sabidamente representativo do novo latifúndio. Entretanto, para o restante do espaço agrário nacional, somente nas décadas recentes, basicamente de setenta-oitenta, é que este fenômeno vai generalizar-se e sob o comando "paulista".

Seja como for, a metamorfose do velho no novo latifúndio operada nos poros da molecularidade da acumulação primitiva é hoje o estado geral do espaço agrário no país. Eis porque é generalizada e intensa a expulsão em massa do campesinato, impondo a violenta mobilidade territorial de famílias camponesas inteiras, de que "gaúchos" e nordestinos são o melhor exemplo, obrigadas a migrar para os centros urbanos ou às áreas distantes da Amazônia, a nova "fronteira agrícola".

Subvertendo o modo de vida do campesinato em todas as áreas do país, a capitalização da agropecuária generaliza como base do campo a forma burguesa de propriedade rural fundada diretamente na relação capital-trabalho, instaurando o novo modo de vida em cuja esteira cresce a massa dos sem-terra e o conflito permanente de terras.

A Cara Espacial do Capital Moderno

A essência econômica do processo está se deslocando, portanto, dos mecanismos da acumulação primitiva para os da acumulação financeira. A "limpeza das terras" para o capitalismo, efetuada nos parâmetros do caminho latifundiário-burguês e não os do caminho camponês-burguês, ganha então intensidade, agora sob o comando direto do Estado, dissolvendo a molecularidade na nova ordem do espaço unitarizado.

É porque está em curso acelerado a dissolução mercantil de tudo que é relação que ainda não esteja incorporada "à economia livre que se desenvolve à maneira capitalista", subvertendo sob a generalização da forma burguesa todas as formas de propriedade fundiária.

É que duas grandes forças se unem nessa rearrumação estrutural do campo brasileiro, o grande capital agrário e o Estado: o novo latifúndio atuando através da capitalização generalizada da agropecuária nacional e o Estado através da ramificação do traçado dos transportes rodoviários e da multiplicação pontual das barragens das grandes usinas. O Estado implantando a infra-estrutura de grande escala (transporte e energia) com a qual o grande capital agrário "revoluciona" as relações agrárias. Estado e novo latifúndio unidos no massacre do campesinato, na passagem massacrando também as populações indígenas.

É assim que vemos nos anos setenta-oitenta as culturas da soja, arroz, trigo, café e o gado bovino transbordando dos seus tradicionais

limites ecológicos para as amplas áreas do planalto central em direção à Amazônia, refazendo a fisionomia do cerrado e da floresta equatorial. Isto porque a agricultura transbordou dos acanhados limites técnico-produtivos de antes pela crescente e acelerada absorção de modernos insumos industriais (máquinas pesadas, fertilizantes químicos e agrotóxicos), sedimentando a nova divisão intra-agrícola do trabalho vinda da superação ou reestruturação do binômio latifúndio-minifúndio e fundindo agricultura e indústria através da industrialização da agropecuária.

Intensificando o nivelamento nacional dos custos agrários (é nisto, vimos, que reside o motor da homogeneidade que vai superando a velha heterogeneidade do espaço molecular), a união Estado-novo latifúndio expulsa para áreas de solos e localização ainda de alto custo de incorporação produtiva a pequena produção camponesa, promovendo dessa forma, por meio do caminho latifundiário-burguês, a "limpeza das relações não-capitalistas", que Lênin toma como "modus operandi" da transformação agrária característica do desenvolvimento capitalista do campo. Todavia, mesmo estas áreas incorporar-se-ão ao ritmo do nivelamento técnico-produtivo dos custos, desempenhando em caráter provisório o papel de periferia.

É esta a dinâmica do que Lênin *metaforicamente* designava centro-periferia quando se referia à simultaneidade de ocorrência, na Rússia da virada do século, das duas variedades possíveis dessa transformação: a conversão do velho no novo latifúndio nas antigas áreas de ocupação agropastoril, "limpando" o campo para a instauração do estado pleno de acumulação e hegemonia capitalista através da expulsão do campesinato para as áreas que à distância atuam como "fundo de colonização" e exercem o papel de "fronteira agrícola", hoje localizadas na Amazônia. O caráter metafórico deve-se a que, como esta própria dinâmica já envolve o novo como seu motor, ao "deslocar" para a "fronteira" a velha relação, esta já nada tem do velho genuíno. Daí que mal a "fronteira" se instala e o novo latifúndio já nela está presente, desapropriando e subvertendo o modo de vida do campesinato tal como procedera nas velhas áreas, às vezes antecedendo a chegada deste. Qualquer observação menos atenta da paisagem nessas áreas de "fronteira" localiza a presença do novo latifúndio, aqui na forma da grande máquina agrícola, ali nos longos sulcos da terra preparada para receber o plantio da grande cultura de mercado e acolá nos montículos brancos da cal para correção da acidez habitual dos solos dos cerrados, e, ao seu lado, também a do eterno inimigo do monopólio latifundiário da terra, o pequeno produtor camponês familiar, revelando que o que é próprio do conteúdo social da "fronteira" é a clássica *combinação desigual* latifúndio-minifúndio, aqui

na "fronteira" em sua nova versão, o que tem sido a raiz do permanente condito de terras no Brasil. Próxima à iminente nivelção dos custos que é já a base comum e geral de todo o espaço agrário nacional, esta relação própria da "fronteira" nasce prenhe de alta carga explosiva, razão porque é sempre nestas áreas que historicamente rebentam as maiores revoltas camponesas de nossa história, bastando lembrarmos da Guerra do Contestado, que eclode no oeste catarinense-paranaense e se arrasta de 1912 a 1916, bem nos confins da velha fronteira.

E neste final de século XX, justamente porque é chegado o momento de auge da modernização latifundista, a expropriação e expulsão do campesinato e a violência dos conflitos de terras não têm paralelo em nossa história. Se não se registram as longas rebeliões camponesas que conhecemos no passado (a de Canudos, em 1896 no sertão baiano, durando dois anos, 1896-1897; a do Contestado, em 1912 no sertão catarinense-paranaense, durando cinco anos, de 1912 a 1916; ou a de Trombas e Formoso, em 1948 no sertão goiano, durando oito anos, de 1948 a 1964), à diferença do caráter pontual do passado as de hoje são permanentes e contemporâneas por todo o corpo do espaço agrário nacional, expressando com esta característica a generalizada subversão do modo de vida camponês em curso por todo o país por meio da sua dissolução na forma burguesa de propriedade da terra.

É assim que dos 23 milhões de ocupados na agropecuária atualmente (incluindo todas as formas sociais do trabalho rural), 12 milhões são camponeses sem-terra e a quase totalidade do restante camponeses com pouca terra.

Os Pólos do Conflito

A origem dessa imensa massa humana, que se desloca demandando terra e trabalho pelo imenso território do país, é locacionalmente variada, mas tem um plano de fundo comum na "limpeza" latifundiária-burguesa das relações agrárias.

Muitas das áreas de sua origem são as que foram atingidas pela ação do Estado no seu afã de criar via implantação de infra-estrutura (capital fixo espacializado), em particular rede de rodovias e usinas hidrelétricas de grande escala, as condições gerais de capitalização da agropecuária. Realizando-a para o grande capital e não para o campesinato, esta implantação redundava sempre na expulsão camponesa, como vimos, seja pela abertura das terras à especulação mercantil com sua integração rodoviária (ou ferroviária) ao tecido do espaço nacional, ou seja pela

inundação de áreas rurais inteiras que sempre acompanha as barragens requeridas para instalações de grandes usinas hidrelétricas. A expulsão dos camponeses é sempre acompanhada da reação destes, nascendo nestas áreas muitos dos pólos de conflitos do passado e de hoje, arrastando-se às vezes em longas contendas que lembram as táticas de guerra de guerrilhas. É assim em 1945, com a revolta de Malacacheta (Teófilo Otoni), norte de Minas Gerais, relacionada com a abertura da rodovia Rio-Bahia; em 1948, em Trombas e Formoso, norte de Goiás, relacionada à abertura da rodovia Transbrasiliana, posteriormente (1956) incorporada como trecho da rodovia Belém-Brasília; e hoje, em Xapuri-Brasiléia, no Estado do Acre, relacionada à pavimentação do trecho local da rodovia 364, destinada a incorporar-se à longa rodovia internacional Brasil-Peru que porá em ligação, via literal do Pacífico, a produção agrária do planalto central aos mercados da Ásia oriental; todas áreas cortadas por rodovias e convulsionadas pela grilagem e especulação fundiária que chegam com a valorização das terras trazida pela ligação rodoviária. É assim também com as áreas de Sobradinho e Itaparica, desaparecidas sob o lago das barragens que se multiplicam no vale do São Francisco, da Chesf e Codevasf; de Itaipu, desaparecida sob o lago da barragem no vale do Paraná, da Eletrosul; das 25 barragens levantadas no vale do Uruguai, da Eletrosul; de Tucuruí, no vale do Tocantins, da Eletronorte; de Balbina, no vale do Uatumã, da Eletronorte; e de Cararaô, projetada no vale do Xingu, que motivou o protesto do I Encontro de Povos Indígenas do Xingu, reunindo oito nações indígenas contra a usina, da Eletronorte; todas relacionadas com divergências de reassentamento pelas comunidades camponesas ou indígenas desestruturadas em sua organização de modo de vida pela inundação de suas terras.

São pontos de localização precisa no tabuleiro do espaço agrário nacional unitarizado, ao contrário da expulsão relacionada à reordenação do uso do solo pelo latifúndio modernizado, via especialização dos cultivos, que é disseminada pelo corpo do espaço nacional. Aqui, o campesinato dominial, policultor de alimentos, é o primeiro a ser atingido, uma vez que a parcela que ocupa é a primeira a ser incorporada tão logo as culturas de grande mercado ampliem seus espaços, em busca de novas áreas para expansão. Situadas dentro das terras do grande proprietário, e a ele pertencentes, estas são retomadas para esta expansão dos cultivos mais lucrativos. Os camponeses do minifúndio dominial são, assim, as primeiras e imediatas vítimas da "limpeza" nos grandes espaços latifundistas. Expulsos das restritas áreas que até então ocupavam como moradores, meeiros, foreiros, pequenos rendeiros e até posseiros, restalhes agora oferecer à venda por um salário sua força de trabalho, na

própria empresa rural ou alhures, somando-se ao amplo exército dos assalariados temporários, trabalhando como volantes em perambulação pelo campo no roteiro das safras (trabalhador safrista). Ou, então, engrossarem as fileiras dos que partem em demanda de terras nas áreas da "fronteira agrícola". Seja entre os trabalhadores safristas ou entre os pequenos produtores instalados nas áreas da "fronteira", encontram eles a massa dos camponeses dos minifúndios autônomos que por caminhos diversos tiveram o mesmo destino. Aqui, vemos a pequena propriedade incorporada pela expansão do latifúndio vizinho, que, sobretudo nas áreas de ocupação mais densa, além da expulsão do campesinato de seus domínios, avançou sobre as terras dos camponeses da circundância. Acolá, esgotou-se a capacidade das já pequenas propriedades fragmentarem-se por herança, enfrentando os camponeses o bloqueio do acesso à terra em face da subida contínua do seu preço, valorizada pela especulação e pela concentração monopolista.

Desalojado pela união do Estado com o novo latifúndio, o campesinato torna-se um migrante permanente, alimentando a intensa mobilidade territorial do trabalho que o reaglutina ao sabor das necessidades da mobilidade territorial do capital. Essa dinâmica de *territorialização da burguesia* operada pela generalização da forma burguesa da propriedade da terra e conseqüente *desterritorialização do campesinato*, oriunda do despojamento e expulsão maciça deste de suas terras, origina como que uma dinâmica de espaço-contra espaço, que pelo lado do campesinato sem-terra traduz-se na tática das ocupações (o equivalente do *empate*, forma de luta criada pelos seringueiros de Xapuri, que consiste nestes pararem com mulheres e crianças frente às moto-serras, de modo a evitarem a derrubada da mata e com ela a expansão do latifúndio pecuário sobre as terras desmatadas) e pelo lado dos grandes proprietários, na tática da recorrência ao seu desalojamento pelo uso da violência armada.

Sobretudo três grandes áreas tornaram-se os pólos centrais desses confrontos: o noroeste gaúcho, o Bico de Papagaio e o extremo oeste amazônico. A primeira é o centro nevrálgico do movimento dos Sem-Terra e berço do nascimento do MST (Movimento dos Sem-Terra), entidade que organiza as ocupações, forma de luta hoje generalizada pelo país e que tem nesta área seu pólo mais ativo, inspirada na experiência das ocupações de Ronda Alta, Fazenda Natalino, Anoni. A segunda e a terceira são os pólos das típicas lutas da atual "fronteira agrícola", o Bico do Papagaio (área formada pelo norte de Goiás, hoje Estado de Tocantins, sudoeste do Maranhão e sudeste do Pará), registrando o maior número de conflitos de terras e assassinatos de lideranças rurais (padres, sindicalistas rurais e advogados sindicais) de todo o país, e o extremo oeste amazônico

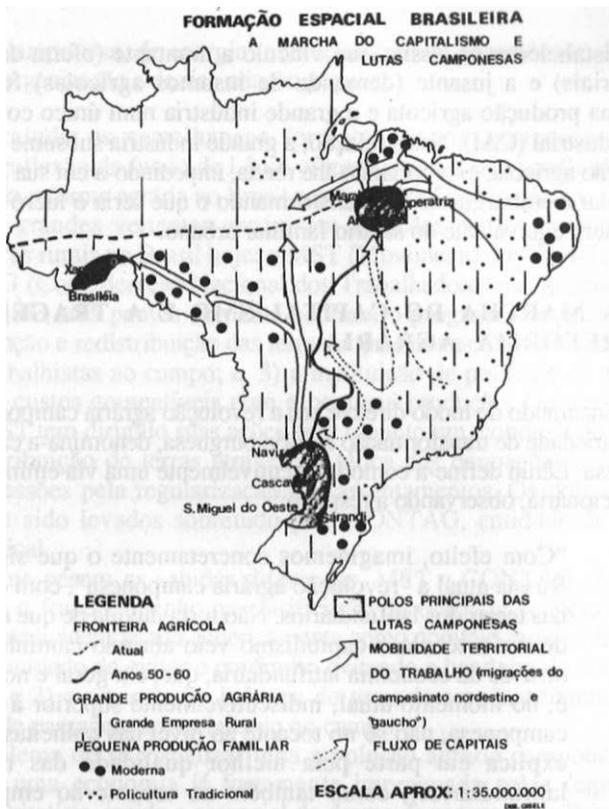
(área de Rondônia/Acre) encarnando inovadoramente com a proposta da *reserva florestal* pelos seringueiros a resistência à dissolução do modo de vida dos trabalhadores rurais pela "limpeza das áreas" do tipo latifundiário-burguês (fosse do tipo camponês-burguês e a "limpeza" seria de latifundiários!).

O Novo Binômio e o Complexo Agro-industrial (CAI)

Com a imensa quantidade do campesinato familiar ligado tradicionalmente à produção de insumos agrícolas para as indústrias, os efeitos da marcha latifundiário-burguesa de desenvolvimento agrário são de outra natureza, diferentes dos que vimos para os sem-terra, mas nem por isto menos doloroso.

Nessa marcha em que, não necessariamente em linha reta, o capitalismo vai se "depurando" de todas as formas de relação que lhe vede o caminho rumo ao seu florescimento pleno, aqui proletarizando e ali criando o campesinato, uma fração camponesa segue o rumo da vinculação direta com a reprodução do capital industrial, só parte da qual ganha a possibilidade de capitalizar-se, emburguesando-se.

No fundamental, a industrialização da agricultura é o rumo geral da marcha capitalista. Trata-se da incorporação pela agricultura em seu processo produtivo dos insumos industriais como maquinaria pesada, adubos químicos e defensivos agrícolas. No Brasil este é um processo em curso acelerado a partir dos anos sessenta-setenta, como temos visto. Para tanto, via política de crédito agrícola, o Estado forja, no decurso dessas décadas, o vínculo do empréstimo bancário ao agricultor à obrigatoriedade de parte dele ser empregado em compras de insumos industriais. Eis como age para criar para as transnacionais o setor industrial interno desses produtos. Acelera-se, assim, a modernização da agricultura, disso beneficiando-se tecnicamente, mas ao preço de ainda hoje encontrar-se pendurada aos bancos em dívidas, esta fração camponesa produtora de insumos agrícolas, como os produtores de uva do nordeste, de fumo do norte e soja do noroeste, todos no Rio Grande do Sul, os de leite em todas bacias leiteiras circundantes às Regiões Metropolitanas, e os de frutas e legumes no Agreste Pernambucano.



A marcha do capitalismo e as lutas camponesas no Brasil - Despojando-o e expulsando-o de suas terras a marcha do capitalismo dissolve o modo de vida do campesinato, no que "reinventa" o binômio latifúndio (grande produção agrária) - minifúndio (pequena produção familiar), forja intensa e generalizada mobilidade territorial do trabalho e do capital e dissemina os conflitos de terra que nas décadas recentes assumem agudo confronto em face da violência armada dos grandes proprietários rurais organizados na UDR. Três principais pólos territoriais sintetizam este grau de confronto e as formas de ação criadoramente engendradas pelo campesinato em luta: o extremo oriente amazônico (área de Marabá, Araguaína e Imperatriz, conhecida como Bico do Papagaio), onde se deu metade dos 1.408 assassinatos ocorridos no campo por conflitos de terra desde 1964; o extremo ocidente amazônico (área de Xapuri-Brasília, no vale do Acre), marcado pelo conflito de seringueiros com o avanço do latifúndio pecuário-madeireiro que levou recentemente ao assassinato de Chico Mendes; e a fronteira sudoeste (área de Naviraí, Cascavel, São Miguel do Oeste e Sarandi/fazenda Anoni), berço do MST e da tática de ocupações/acampamentos, hoje generalizada pelo país no campo e na cidade.

Estabeleceu-se, assim, um vínculo a montante (oferta de insumos industriais) e a jusante (demanda de insumos agrícolas) fundindo a pequena produção agrícola e a grande indústria num único complexo, o agroindustrial (CAI). Nesta relação, a grande indústria subsume a pequena produção agrícola, expropriando-lhe a renda, impedindo-a em sua maioria de acumular e emburguesar-se, transformando o que seria o lucro camponês num mero equivalente do salário familiar urbano.

A MARCHA DO CAPITALISMO E A TRAGÉDIA DA REFORMA AGRÁRIA

Encarando de modo direto e cru a revolução agrária camponesa como uma variedade de transformação agrária burguesa, denomina-a camponesa-burguesa, Lênin define-a como indiscutivelmente uma via eminentemente revolucionária, observando a respeito:

"Com efeito, imaginemos concretamente o que significa na Rússia atual a "revolução agrária camponesa", com o *confisco* das terras dos latifundiários. Não resta dúvida de que no decurso de meio século o capitalismo veio abrindo caminho para si, *através* da economia latifundiária, que, em geral e no conjunto, é, no momento atual, indiscutivelmente superior à economia camponesa, não só no tocante ao nível das colheitas (o que se explica em parte pela melhor qualidade das terras dos latifundiários), como também no tocante ao emprego dos modernos instrumentos de trabalho e do sistema de rotação das culturas (culturas de plantas forraginosas). Não resta dúvida de que a economia latifundiária se acha ligada por milhares de laços não só à burocracia, mas também a burguesia. O confisco solapa numerosos interesses da grande burguesia e a revolução camponesa leva também, como assinalou com razão Kautsky, à bancarrota do Estado, isto é, à perturbação dos interesses não só da burguesia russa, mas também de toda a burguesia internacional. Compreende-se que, nessas condições, a vitória da revolução camponesa, a vitória dos pequenos burgueses, tanto sobre os latifundiários como sobre os grandes burgueses, exige um concurso particularmente favorável de circunstâncias, exige hipóteses absolutamente extraordinárias e "otimistas" do ponto de vista do filisteu ou do historiador limitado, exige um impulso gigantesco de iniciativa

camponesa, de energia revolucionária, de consciência, de boa organização e de rica criação popular".

Abstraindo as semelhanças formais, sempre perigosas como método, a reflexão de fundo de Lênin oferece apoio sólido à reflexão dos caminhos da reforma agrária no Brasil nesta quadra final do século.

Dois grandes vertentes organizam as ações do movimento dos trabalhadores rurais no Brasil hoje: o MST (Movimento dos Sem-Terra) e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Sob sua égide, três pontos de pauta centram o programa de lutas: **1)** a desapropriação e redistribuição das terras improdutivas; **2)** a extensão dos direitos trabalhistas ao campo; e, **3)** a instituição de políticas de preços mínimos e custos compatíveis com a pequena produção. De um modo geral, o MST tem dirigido suas ações para o ponto um, conduzindo a luta pela redistribuição de terras através da tática das ocupações a que se seguem pressões pela regularização dos assentamentos. Os dois outros pontos têm sido levados sobretudo pela CONTAG, entidade de forte caráter sindical.

Em que pesem as sabidas diferenças, MST e CONTAG têm em comum: **1)** o fraco empenho na clarificação da essência econômica da questão agrária, identificada genericamente como domínio monopolista da terra; **2)** o cuidado de evitar o confronto evitando a bandeira do confisco das terras; e **3)** a omissão do balanço do grau de amadurecimento das condições de passagem ao socialismo no campo.

No dilema de se visualizar uma revolução agrária camponesa no âmbito de uma economia já fortemente impregnada pelas regras de mercado **capitalista**, reside o essencial do drama da esquerda no Brasil. Só uma grande ilusão é capaz de obscurecer a compreensão de que mesmo uma reforma agrária realizada pela via do confisco de terras impeça que seja um reforço da economia de mercado e que no limite esta trabalhe contra qualquer meta de igualitarismo, comunitarismo e imperatividade do trabalho, como propõem as forças que impulsionam o MST, ou qualquer meta de garantia de igualdades de condições para o pequeno produtor rural, como propõem as forças impulsoras do sindicalismo rural. Em contraposição, só uma reforma agrária com a radicalidade do confisco é capaz de efetivamente quebrar a espinha do poder monopolista e barrar as tendências que a marcha do capitalismo traz de desaparecimento estrutural do campesinato pela via de sua proletarização hoje generalizada. Que não nos enganem as estatísticas que mostram, antes, o aumento crescente do campesinato quanto mais avança esta marcha do capitalismo. Os números, quando muito, indicam a expressão numérica de um movimento, nunca o seu significado.

Por que confisco de terras? Porque "o confisco solapa numerosos interesses da burguesia e a revolução camponesa leva também... à bancarrota do Estado, isto é, à perturbação dos interesses não só da burguesia (nacional), mas também de toda a burguesia internacional". Estas palavras de Lênin, referidas à realidade russa pré-revolucionária, encaixam-se, quanto ao leque de interesses em que mexe, perfeitamente à nossa presente realidade. Ora, o programa agrário das esquerdas, pautado por incidir sobre a redistribuição de terras(1) improdutivas e (2) via indenização, empaca num tema de definição controversa e por isto de grande conveniência ao emperramento burocrático, além de não ferir de morte o sistema latifundiário, antes pressionando os latifundiários retardatários contra sua própria inércia e empurrando-os para a modernização cujos efeitos sobre a massa camponesa já vimos.

Ora, a teia que subsume a massa dominada rural no Brasil, a exemplo do que vimos para o pequeno produtor de insumos industriais, é a forma peculiar como o capital financeiro aqui se constitui, fundindo-se organicamente num só tecido os monopólios terratenentes, industriais e bancários (no contexto mundial origina-se da fusão dos monopólios industriais e bancários), o Estado sendo o organismo promotor de tal fusão e conseqüentemente sua expressão política maior (vimos como o Estado forjou a criação do ramo industrial de insumos agrícolas).

É essa essência econômica a força gigantesca contra a qual se luta, a rede de interesses "não só da burguesia (nacional), mas também de toda a burguesia internacional" que só o confisco contraria, os laços cuja quebra "exige hipóteses absolutamente extraordinárias e 'otimistas' do ponto de vista do filisteu ou do historiador limitado, exige um impulso gigantesco de iniciativa camponesa, de energia revolucionária, de consciência, de boa organização e de rica criação popular".

É o que permanece vivo por trás das "cercas derrubadas", ensinando ao movimento dos Sem-Terra, nas experiências acumuladas dos acampados, que é impossível a reforma agrária sem o confronto com o Estado, sem o confisco das terras. É o que faz permanecer atual a advertência de Lênin de ser impossível "uma transformação agrária radical... sem uma transformação política radical".

Eis exatamente o ponto onde erram os advogados do caminho da pressão sobre o Estado, primeiro porque não põem o seu caráter em questão e segundo porque acabam vindo em reforço do seu papel tutelar sobre a sociedade brasileira. E erram igualmente os que, social-democraticamente, confundem "trabalhadores no poder" com "trabalhadores no governo" ao alimentar a ilusão da possibilidade de se estar no poder sem se ter quebrado a máquina vigente de Estado.

Os acontecimentos de Xapuri põem em evidência o desacerto desse programa agrário e onde pode levar o jogo eleitoral. Por força de definir-se o campesinato como parceiro eleitoral é que se fez dissipar um dos raros momentos de aproximação do proletariado urbano à causa camponesa, ao endossar-se a imagem de "ecologista", "sindicalista ecologista", "mártir da ecologia amazônica" e "Gandhi da floresta", que a mistificação ecologista e da imprensa internacional então difunde de Chico Mendes e do movimento dos seringueiros.

É justamente esta perspectiva que está no cerne da teoria do desenvolvimento capitalista pelo do não-capitalismo, em seu claro propósito de, embaixo de uma crítica equivocada da teoria marxista do campesinato, conferir-lhe personalidade autonomista na história. Mas é a própria constatação de que o capitalismo cria em seu desenvolvimento o não-capitalismo, reproduzindo-se pela reprodução do não-capitalismo, isto é, o campesinato familiar autônomo, que confirma o que vimos designando estratégia de reforma agrária das elites. Se o desenvolvimento capitalista cria o não-capitalismo, e a estatística agrícola brasileira o confirma, é com o fim de desenvolver a si mesmo, e não o não-capitalismo, o que seria um contra-senso.

O que a análise das formas sociais "atrasadas" criadas pelo capitalismo em sua marcha latifundiário-burguesa no Brasil nos mostra é que elas são componentes orgânicos desse processo. Assim, do sistema do colonato ao bóia-fria no espaço cafeeiro, do morador ao clandestino dos direitos no espaço canaveira pernambucano e do seringueiro ao peão no espaço extrativo-vegetal amazônico, o que lemos, abstraindo intencionalmente neste texto as formas intermediárias dessas passagens para irmos direto ao ponto, é o que Lênin designa "limpeza das terras" pelos latifundiários para o capitalismo.

Ora, a tática do *empate*, esta "rica criação popular" de forma de luta, não é o modo como os seringueiros em seu próprio aprendizado resistem à "limpeza das terras" pelos latifundiários para o capitalismo? "Limpeza das terras" em que a derrubada da floresta para substituir a mala pelo pasto é a face "ecológica" da real "limpeza" que é a dos seringueiros enquanto forma social de trabalho própria da acumulação primitiva do capital. Qual é, assim, a natureza do movimento que está em curso em Xapuri e qual a sua essência econômica? O que tem em comum com os movimentos de ocupação que pipocam em todos os cantos do espaço nacional neste final de século?

O que é, conseqüentemente, próprio da marcha do caminho latifundiário-burguês da transformação agrária no Brasil é esta estratégia de primeiro criar para, em seguida, dissolver as formas moleculares do

trabalho rural próprias da acumulação primitiva, para transformá-las na forma essencialmente única do vendedor de força de trabalho própria do novo latifúndio, tal qual estamos vendo do colono no bóia-fria, do morador no clandestino dos direitos, do seringueiro no peão.

Qualquer abstração dessa essência econômica da questão agrária no Brasil resulta na condenação do campesinato. Se a via latifundiário-burguesa já lhe é dolorosa, fica-lhe ainda mais. Toma-se Tragédia.

Bibliografia:

- ANDRADE, M. Correia - A Terra e o Homem no Nordeste - Editora Brasiliense - São Paulo - 1973.
- CNBB - Igreja e Problemas da Terra - Revista Vozes nº 2 - Rio de Janeiro - 1980.
- CONTAG - Resoluções do 4º Congresso - Brasília - 1985.
- CUT - Teses do 3º CONCURT - Boletim Nacional da CUT - Especial - 1988.
- LÊNIN, V. I. - O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907 - Livraria Editora de Ciências Humanas - São Paulo - 1980.
- MARTINS, J. S. - Os Camponeses e a Política no Brasil - Editora Vozes - Rio de Janeiro - 1981.
- Os Cativoiros da Terra - Livraria Editora de Ciências Humanas - São Paulo - 1981.
- MONBEIG, Pierre - Pioneiros e Plantadores de São Paulo - Editora Hucitec/EDUSP - São Paulo - 1984.
- MOREIRA, Ruy - O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil - Editora Vozes - Rio de Janeiro - 1985.
- O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão - Revista Terra Livre nº 1 - AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - São Paulo - 1986.
- Elites Agrárias e Relação Cidade-Campo no Brasil - EDUFF - prelo
- OLIVEIRA, Francisco - A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha (1889-1930) - in A Economia da Dependência Imperfeita - Capítulo 1 - Editora Graal - Rio de Janeiro - 1984.
- Elegia Para Uma Re(ji)gião - Paz e Terra - Rio de Janeiro - 1977.
- PARTIDOS DOS TRABALHADORES - Elementos Para Um Programa Agrário do Partido dos Trabalhadores - Terra e Poder - PT/Secretaria Agrária Nacional - São Paulo - 1988.

- PEREIRA (P. Tierra), Hamilton - Levantados do Chão - Revista Teoria & Debate nº 4 - PT - São Paulo - 1988.
- PRADO Jr., Caio - História Econômica do Brasil - Editora Brasiliense - São Paulo - 1979.
- SANTOS, Roberto - História Econômica da Amazônia (1800-1920) - T. A. Queiroz, Editor - São Paulo - 1980.
- SANTOS, Vicente Tavares - Colonos do Vinho - Editora Hucitec - São Paulo - 1984.
- SILVA, J. Graziano da - A Modernização Dolorosa - Editora Zahar - 1982
- SILVA, Sérgio - Expansão Cafeeira e Origens da Industrialização no Brasil - Editora Alfa-Omega - São Paulo - 1976.
- VALVERDE, Orlando - Planalto Meridional do Brasil - Guia n- 9 - CNG/UGI - IBGE - Rio de Janeiro - 1958.